



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Isabele de Aguiar Corrêa

**Entre a pandemia da Covid-19 e a pandemia da fome: um estudo sobre as
famílias da Vila Kennedy, Rio de Janeiro, RJ.**

**Rio de Janeiro
2022**

Isabele de Aguiar Corrêa

Entre a pandemia da Covid-19 e a pandemia da fome: um estudo sobre as famílias da Vila Kennedy, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra Leile Silvia Candido Teixeira

**Rio de Janeiro
2022**

AGRADECIMENTOS

Aqui deixo meus sinceros agradecimentos a cada pessoa que cruzou meu caminho nessa jornada e que me fez acreditar nas possibilidades que ela tem.

Em especial a minha família, as três mulheres que me acompanham diariamente, me encorajam e me fortalecem. Minha mãe Guiomar de Aguiar Corrêa, que é meu amor maior, meu exemplo de coragem, obrigada pelo zelo e cuidado para que esse processo ficasse mais leve. As Minhas irmãs Camilla de Aguiar Corrêa e Priscilla de Aguiar Corrêa, pela irmandade e cumplicidade.

Ao meu pai, João Batista Corrêa, que sonhava em ver suas três filhas realizarem sonhos. Sei ele que está, de um lugar muito especial, feliz e radiante participando dessa conquista!

É claro! As minhas inspirações, minhas “mundiças”, meus amores, que sem pretensão alguma, me ensinam muito todo dia sobre o valor da vida, Eric Corrêa Gonçalves, Ramon Manoel Corrêa Mattos e Felipe Corrêa Batista.

Ao meu companheiro de caminhada, que foi além de amor, um amigo nessa dura jornada, Carlos Eduardo Eugênio Saldanha da Silva, obrigada por todos os cafunés quando parecia que eu não iria aguentar. Pelo amor, carinho e muita paciência.

Aos meus familiares pelo incentivo e compreensão nos momentos que precisei me ausentar.

Ao Coletivo Casa de Aya, por me ceder espaço e me apoiar na elaboração deste trabalho.

Ao Bonde da Z, que é tão grande que não tem como citar nomes, mas que é com eles eu sigo desvendando esse mundão, cada um me deu um pouco de coragem e força para concluir mais esse ciclo.

A Deborah Minatelli, minha amiga e hoje companheira de profissão, que pegou na minha mão e me fez não desistir desse passo tão importante até ver meu nome na lista de aprovadEs.

A Debora Pio, amiga de infância e vida toda, que em nenhum momento me deixou só, para quem eu pude recorrer até nas horas das dúvidas mais corriqueiras na construção dessa pesquisa, dividindo comigo sua genialidade de escrita e comunicação.

A Rita Lamego e Rodhan Muzy que aturaram meus surtos diários e que iniciaram comigo essa caminhada junto a outrEs tão importantes como Lailza Lira, Elaine de Souza, Angélica Silva, Viviane Andrade e Thais Almeida, estudantes trabalhadoras que partilham das “mesmas” dificuldades diárias de labutar e permanecer em uma universidade pública.

Ao meu *pombal* querido que me acompanha desde o segundo grau, em 1999, quando a Universidade ainda estava muito longe da minha realidade, obrigada por tantos momentos de distração e incentivo.

A toda equipe do Centro de Promoção da Saúde, tão parceirEs e compreensíveis nesse processo. Em especial as minhas companheiras Wanda Guimarães e Juliana Reiche, por me ensinarem, generosamente e diariamente, sobre os ofícios da profissão.

A professora Josefina Mastropaolo que sempre teve sua escuta muito ativa e sempre esteve aberta para as questões que os alunos traziam no período da graduação, que aceitou o convite na hora que pedi para ser minha orientadora, mesmo estando lotada de alunos para orientar. Por quem eu tenho um imenso carinho, admiração e gratidão.

A Professora Elaine Moreira por ter aceitado a leitura deste trabalho e o convite para participar da banca.

E finalmente minha professora e orientadora Leile Teixeira, que me aceitou de peito aberto quando a Josefina não pode continuar, agradeço por todo conhecimento que compartilhou comigo, pelo seu amor pela educação e atenção com as dificuldades que encontrei no processo de pesquisa. Vou levar com muito carinho essa troca!

Eu aprendi que na vida, nada se constrói sozinha, somos seres sociáveis que precisamos uns dEs outrEs, todo o tempo! Essa alegria não teria graça alguma se não pudesse dividi-la com vocês que renovam minha fé na vida! Muito Obrigada!

EPÍGRAFE

“A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Esta monografia tem como tema a pandemia da fome no contexto da pandemia da Covid – 19. O objetivo da pesquisa é trazer um panorama das duas pandemias, durante o período pandêmico da Covid-19, especialmente em territórios periféricos e vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro, tendo como base uma pesquisa socioeconômica realizada com 118 famílias da comunidade da Vila Kennedy, na zona oeste da cidade. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário socioeconômico com 118 moradores da Vila Kennedy. Esse questionário continha perguntas sobre moradia, saneamento básico, empregabilidade, alimentação e acesso a bens e serviços. É uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática das crises sanitárias e do capital e os dados sobre a fome no Brasil. Assim abordamos a situação do Brasil - e principalmente do Rio de Janeiro – com a chegada da pandemia da Covid-19, a partir do contexto das crises econômica, hídrica e da saúde, além da falta de gestão pública do governo federal frente à estas questões.

PALAVRAS-CHAVE: crise; fome; pandemia.

ABSTRACT

This monograph as the theme of the hunger pandemic in the context of the Covid-19 pandemic. The objective of the research is to bring an overview of the two pandemics, during the pandemic period of Covid-19, especially in peripheral and vulnerable territories of the city of Rio de Janeiro Janeiro, based on a socioeconomic survey carried out with 118 families from the Vila Kennedy community, in the west of the city. The methodology used was the application of a socioeconomic study with 18 residents of Vila Kennedy. This access contains questions about housing, basics, employability, food and goods and services. It is a bibliographic and documentary research on the subject of health and capital crises and data on hunger in Brazil. This is how we approach the management of the situation in Brazil - and especially in Rio de Janeiro - with the arrival of the Covid-19 pandemic, from the context of the economic, water and health crises, in addition to the lack of public of the federal government in the face of these questions.

KEY WORDS: crisis; hungry; pandemic.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. HOSPITAL DE CAMPANHA GRIPE ESPANHOLA NOS ESTADOS UNIDOS.....	18
FIGURA 2 HOSPITAL DE CAMPANHA PEDRO DELL'ANTONIA, EM SANTO ANDRÉ, REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, EM 2020.....	19
FIGURA 3 VISTA AÉREA DO CEMITÉRIO VILA FORMOSA NOS ARREDORES DE SÃO PAULO - AFP	20
FIGURA 4 FOTOGRAFIA AÉREA DA VILA KENNEDY PLANEJADA NO MODELO ENTREGUE AOS PRIMEIROS MORADORES.....	52
FIGURA 5 CRIANÇAS JOGANDO BOLA EM FRENTE À ESTÁTUA DA LIBERDADE NA PRAÇA MIAMI	53
FIGURA 6 NOTA DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA FAVELA DO ESQUELETO COM A REMOÇÃO PARA A VILA KENNEDY	55

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. CONDIÇÕES DE MORADIA NA VILA KENNEDY	57
GRÁFICO 2 CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO NA VILA KENNEDY	58
GRÁFICO 3 CONDIÇÕES DA ÁGUA NA VILA KENNEDY	59
GRÁFICO 4 SEXO DAS BENEFICIÁRIAS DA CASA DE AYA	60
GRÁFICO 5 AUTODECLARAÇÃO DE COR/RAÇA DAS BENEFICIÁRIAS DA CASA DE AYA	62
GRÁFICO 6 ESCOLARIDADE DAS BENEFICIÁRIAS DA CASA DE AYA	63
GRÁFICO 7 IDADE DAS BENEFICIÁRIAS DA CASA DE AYA.....	64
GRÁFICO 8 RESPONSABILIDADE FINANCEIRA	65
GRÁFICO 9 FAMÍLIAS COM FILHOS	67
GRÁFICO 10 QUANTIDADE DE CRIANÇAS EM CADA CASA	68
GRÁFICO 11 QUANTIDADE DE PESSOAS EM CADA CASA.....	69
GRÁFICO 12 CASAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	70
GRÁFICO 13 DADOS DE TRABALHO	71
GRÁFICO 14 CONDIÇÕES DE TRABALHO	71
GRÁFICO 15 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA CASA DE AYA.....	73
GRÁFICO 16 ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	74
GRÁFICO 17 ACESSO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL.....	75
GRÁFICO 18 QUANTAS CASAS POSSUEM CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS	76
GRÁFICO 19 CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO	77
GRÁFICO 20 FAMÍLIAS QUE RECEBEM ALIMENTOS DE OUTROS LUGARES	78
GRÁFICO 21 REPOSIÇÃO DE ALIMENTOS.....	79
GRÁFICO 22 FALTA DE ALIMENTOS.....	79
GRÁFICO 23 FALTA DE ALIMENTO.....	80
GRÁFICO 24 PESSOAS QUE TIVERAM COVID-19.....	81
GRÁFICO 25 SITUAÇÃO DA VACINAÇÃO.....	82

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	12
A CHEGADA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E SUAS COMPLICAÇÕES	12
1.1 A CHEGADA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL.....	12
1.2 PANDEMIA DA GRIPE ESPANHOLA E A PANDEMIA DA COVID-19: QUAIS SÃO AS SEMELHANÇAS.....	15
1.3 INSTABILIDADE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE AFETA O PROCESSO DE CONTENÇÃO DA COVID-19 NO BRASIL ²²	
1.4 A CRISE ECONÔMICA DO CAPITALISMO NO BRASIL	25
1.5 TAXA DE DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	26
CAPÍTULO 2.....	33
A FOME NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E A POLÍTICA SOCIAL DE COMBATE À FOME	33
2.1 A PANDEMIA DA FOME NO BRASIL	33
2.2 BREVE HISTÓRICO DE PROGRAMAS DE COMBATE À FOME NO BRASIL	35
2.3 A PANDEMIA DA COVID-19 E O AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA CONTER A PANDEMIA DA FOME	41
CAPÍTULO 3.....	48
FOME E COVID-19 AUSÊNCIA DO ESTADO E RESPOSTA COMUNITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA CASA DE AYA NA VILA KENNEDY	48
3.1 VILA KENNEDY: UM CONJUNTO HABITACIONAL.....	51
3.2 O CENÁRIO DA FOME NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE DADOS COLHIDOS COM FAMÍLIAS DA VILA KENNEDY.....	56
3.2.1 <i>Condições de Moradia e de Vida na Vila Kennedy</i>	56
3.2.2 <i>Dados sobre o perfil de usuários e usuárias</i>	60
3.2.3 <i>Condições alimentares e dados sobre a Covid-19</i>	76
3.3 ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E LIDERANÇAS DE BASE COMUNITÁRIA NO COMBATE A PANDEMIA DA FOME NA PANDEMIA DA COVID-19	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	92
ANEXO 1: REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	92

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema a *pandemia da fome*¹ no contexto da pandemia da Covid – 19. Nele refletimos sobre a realidade brasileira frente à falta de acesso a direitos básicos e fundamentais da população, tais como moradia, alimentação, segurança, saúde e etc., que são fatores agravantes para a intensificação das expressões da questão social, como a fome, que apareceu de maneira ainda mais explícita neste momento pandêmico.

O objetivo da pesquisa é trazer um panorama das duas pandemias já citadas, durante o período pandêmico da Covid-19, especialmente em territórios periféricos e vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro, tendo como base uma pesquisa socioeconômica realizada com 118 famílias da comunidade da Vila Kennedy, na Zona Oeste da cidade.

A metodologia utilizada neste estudo foi pesquisa bibliográfica e documental na qual buscamos artigos, relatórios elaborados por organizações que trabalharam no enfrentamento à fome, relatórios da ONU, relatórios da Organização Mundial da Saúde, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), sites do Governo, leis, emendas governamentais, matérias de jornais e etc. Fizemos também uma pesquisa com 118 famílias das 130 assistidas pela Casa de Aya, organização comunitária localizada na Vila Kennedy, que entre 2020 e 2021 realizou ações diretas de distribuição de cestas básicas e outros insumos, como kits de higiene e limpeza, com o intuito de saber qual era o perfil dessas famílias atendidas.

O interesse em discutir esse tema veio da atual e dura realidade de favelas e demais espaços populares frente à pandemia da Covid-19 e a mobilização de solidariedade, de movimentos sociais e lideranças de base comunitária em tentar contribuir no enfrentamento das mazelas que estamos vivenciando.

¹ No decorrer desta pesquisa nos referimos à pandemia da fome como forma de construir um paralelo com o momento de crise sanitária mundial com a pandemia causada pelo Novo Coronavírus em que intensificou de forma exponencial as desigualdades, explicitando ainda mais a FOME.

Diante do crescimento da pobreza e da desigualdade no Brasil, a fome tem sido uma das expressões mais agravantes da questão social. Famílias que antes não passavam por essa situação, estão tendo que encarar essa dura realidade no período pandêmico. A última pesquisa do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (IIVIGISAN,2022) deu conta que no Brasil, em 2021 havia 33 milhões de pessoas sem ter o que comer. No Estado do Rio de Janeiro, a situação não é muito diferente: são 1,2 milhões de pessoas que não conseguem colocar comida suficiente na mesa (IIVIGISAN,2022).

No entanto, se é verdadeiro que a fome é um fenômeno que sempre existiu, em outros modelos de produção como o feudalismo, na Europa, a fome se apresentava por motivos de escassez, carência e insuficiência de alimentos. Os povos originários resolviam o problema da fome migrando continuamente. Hoje no Brasil a fome se apresenta na abundância, onde há condições de produzir alimentos suficientes para toda população, mas que dentro da lógica do sistema capitalista se vê a produção dos alimentos são só com o objetivo direto de alimentar as pessoas, mas sim como mercadoria que dá lucro, por isso são comercializados e para ter acesso a esses alimentos, a população precisa vender sua força de trabalho e, se há desemprego, logo, não há como ter recurso para comprar os alimentos, esse é um dos principais fatores para a fome se tornar presente na vida de milhares de pessoas. O modo de produção capitalista tem como objetivo principal a produção de riquezas para um grupo pequeno enquanto gera desigualdade e pobreza para grande parte da população, que inclusive produz os alimentos.

Por outro lado, as políticas públicas e sociais tais como políticas agrícolas e agrárias, saúde e assistência social podem ser vetores que modificam a condição alimentar da população, se não resolvem o problema da fome podem modificar seu quadro ampliando-a ou diminuindo-a, especialmente em um país como o Brasil que tem ampla capacidade de produção de alimentos. De forma que a gestão da crise do capital e ambiental somada à crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 interferiram muito na condição do acesso aos alimentos da população, pois gerou aumento do desemprego, sobre esses assuntos vamos discorrer ao longo desse estudo buscando observá-lo também na materialidade da vida de algumas famílias da Vila Kennedy.

Para apresentar os resultados do estudo no primeiro capítulo trataremos o contexto da pandemia, o que é, como ela surgiu, como ela impactou a vida da população e como o governo federal lidou com as mazelas intensificadas por ela, seja na economia, no desemprego gerado, no crescimento de trabalho informal, na crise hídrica, na estrutura do serviço de saúde, na instabilidade do ministério da saúde, a demora na compra das vacinas, a negação da ciência e o incentivo criminoso do uso de medicamentos sem comprovação científica.

No segundo capítulo abordamos a pandemia da fome no Brasil, um breve histórico dos programas de combate à fome, passando pelo Bolsa Família, Restaurante Popular, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), trazendo suas contribuições para o enfrentamento à fome e o incentivo a agricultura familiar e, posteriormente, os desmontes que esses programas vêm sofrendo. Falamos também sobre Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil que surgiram no contexto da pandemia da Covid-19.

No terceiro capítulo trataremos a contextualização da Vila Kennedy como bairro, como foi construído e a dificuldade de acesso a bens e serviços até os dias atuais, dados da pesquisa realizada com famílias atendidas pela Casa de Aya corroborando com dados oficiais de falta de acesso a direitos básicos e fundamentais. A mobilização que aconteceu no país para tentar sanar o problema da fome que aumentou e começou a atingir mais famílias, a importância das lideranças comunitárias nesse processo e a importância da aproximação dos serviços com as lideranças de base comunitária para facilitação de acesso a alguns espaços periféricos e apoio nas criações de políticas públicas eficazes de combate à desigualdade gerada pelo capitalismo.

Concluimos com uma análise sobre o legado de morte que a pandemia da fome e a pandemia da Covid-19 tem deixado não só no Rio de Janeiro como no mundo. A importância de investimentos maiores em políticas públicas que tenham como objetivo o fim da pobreza e da desigualdade, ao contrário do que tem acontecido com a atual gestão do Brasil que não só não investiu recursos como promoveu desmontes de programas já consolidados no país.

CAPÍTULO 1

A CHEGADA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E SUAS COMPLICAÇÕES

1.1 A Chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil

Desde novembro de 2019 vinha-se espalhando através da mídia televisiva e impressa a notícia de que um vírus com sintomas muito parecidos com os da gripe e do resfriado se alastrava pelo mundo, deixando um número alto de pessoas infectadas e um alto número de mortes. Esse vírus, a princípio, teve origem na China e chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, com o primeiro caso no estado de São Paulo, no hospital Israelita Albert Einstein² (BBC News, 2020).

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de pandemia causada pelo Novo Coronavírus Sars-Cov-2 (Agência Brasil, 2020)³, classificada como pandemia por ser uma doença infecciosa que afeta uma região e rapidamente se espalha por diferentes continentes, com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

À medida que o vírus se propagava, a OMS passou a recomendar estratégias que ajudariam a conter a disseminação do vírus, como o uso de máscaras de proteção, a lavagem ou uso de álcool 70% nas mãos e em todos os objetos que tiveram contato com duas ou mais pessoas, tendo como principal estratégia o distanciamento social.

No Brasil, ainda em fevereiro de 2020, iniciou-se a discussão sobre ter ou não carnaval, que além de fazer parte da cultura do país, também é uma festividade muito importante para a economia. Mas, em contrapartida, é uma festa que causa muitas aglomerações, com trios elétricos e blocos arrastando multidões por diversas cidades. Mesmo com o alerta da Covid-19 chegando ao Brasil, a decisão das prefeituras do

² Primeiro caso de Covid-19 no Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52334034>

³ Declaração da Organização Mundial da Saúde sobre a pandemia da Covid-19 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

Rio de Janeiro e de outras cidades foi manter o carnaval, que aconteceu no final de fevereiro do ano de 2020⁴.

Em meados de março, começaram a surgir muitas pessoas infectadas pelo vírus e, por essa razão, como medida de prevenção, no dia 11 de março o Ministério da Saúde, através da Portaria 356⁵, determinou o isolamento social e a quarentena para a população brasileira, mas ficou a critério de cada governante e prefeito definir as regras de cada cidade. Por essa razão, cada cidade do Brasil iniciou a quarentena em uma data diferente e flexibilizou as medidas de prevenção de acordo com os boletins epidemiológicos, ocupação de leitos nos hospitais e interesses políticos e econômicos próprios.

Até o mês de janeiro do ano de 2022, momento em que encerramos a apuração de dados desta pesquisa, a pandemia da Covid-19 já estava entrando no terceiro ano consecutivo, com sua quarta variante (deltacron), 254.267.44 casos acumulados por dados de notificação e 627.138 óbitos acumulados de Covid-19 por dados de notificação no Brasil, de acordo com o site Coronavírus Brasil.

Desde o início da pandemia as recomendações da Organização Mundial da Saúde foram bem simples e objetivas: isolamento social, uso de máscara, higienização das mãos e dos espaços de convivência. Mesmo assim, esta estratégia encontrou alguns entraves. A Escola Nacional de Educação Pública (ENAP) realizou uma pesquisa chamada "*Comorbidades Sociais e Covid-19: a desigualdade como desafio da gestão pública em tempos de crises*", que cruzou informações de casos e óbitos por covid-19 em 5.570 municípios brasileiros com indicadores socioeconômicos e territoriais, como renda *per capita* familiar, falta de saneamento básico e vulnerabilidade à pobreza. A pesquisa foi realizada no período de 25 de fevereiro a 31 de junho do ano de 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19 no Brasil e foi publicada em 26 de julho de 2021. Estes números demonstram que nem mesmo as

⁴ Prefeitura mantém carnaval do ano de 2020 e aposta em economia crescente no Rio de Janeiro, ignorando os sinais da pandemia da Covid-19 <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-anuncia-preparacao-para-o-carnaval-2020-que-promete-bater-records-e-receber-2-milhoes-de-turistas/>

⁵ Portaria 356 - <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>

ações simples foram aplicadas de maneira efetiva de modo a proteger a vida das pessoas (ENAP, 2021).

A pesquisa detectou que as pessoas que vivem em municípios em condições mais precárias, com falta de saneamento básico, um cômodo da casa sendo dividido para muitas pessoas com uma desigualdade muito grande, estão mais vulneráveis às consequências da Covid-19. A pesquisa traz o dado de que o pior cenário da Covid-19 está em municípios que têm em média 27 mil habitantes, que tem a taxa de óbitos de 39,8% que se comparado com a média de mortes por 100 mil habitantes, é mais que o dobro da média nacional (ENAP, 2021).

O objetivo da pesquisa da ENAP (2021) foi sanar a falácia do início da pandemia de que o vírus da Covid-19 era democrático. A pesquisa mostra que embora toda população esteja condicionada a se infectar pelo vírus, há uma parcela da sociedade que diante das condições de comorbidades sociais, está mais vulnerável ao vírus. Um exemplo dessa situação são os municípios do Rio de Janeiro e São Paulo que apesar de serem mais populosos e com renda *per capita* com média de R\$ 1.504,00, essa não é uma realidade igualitária da população, o que coloca as cidades em condições de muita desigualdade, deixando-as assim também mais vulneráveis às consequências do vírus.

De acordo com o Ranking do Saneamento divulgado pelo Instituto Trata Brasil (2020), cerca de 35 milhões de pessoas estavam vivendo sem acesso a água tratada e mais de 100 milhões sem saneamento básico em 2019. Este quadro permaneceu o mesmo até 2020, ou seja, o país já estava em uma situação bastante complicada com a chegada da pandemia, com ausência de políticas públicas eficazes que pudessem garantir o acesso a direitos básicos já consolidados na Constituição Federal de 1988. Essa falta de acesso faz crescente a desigualdade social e coloca parte da população em situação de extrema vulnerabilidade, onde uma casa com um ou dois cômodos, além de não ter acesso a saneamento básico e água potável, chega a abrigar até mais de dez pessoas. São incontáveis as pessoas que não podem garantir o direito de se prevenir do vírus, e não é porque não querem, e sim porque vivem em condições insalubres e, por isso, incapazes de cumprir os protocolos de prevenção ao vírus.

Falando do Rio de Janeiro, cidade onde a pesquisa está centralizada, dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento no ano de 2020 (SNIS 2021), apontam que apenas 11,6 milhões de fluminenses possuíam acesso à rede de esgoto em 2020, o que significa 66,9% da população do estado, ao passo que 5,8 milhões de fluminenses, correspondente a 33,1% da população do estado não tem acesso.

Já no atendimento com rede de água, a pesquisa aponta que 15,6 milhões de fluminenses têm acesso a essa rede, correspondente a 90,5% da população, ao passo que 1,8 milhões de fluminenses, correspondente a 9,5% da população não tem acesso a rede de água no Rio de Janeiro (SNIS 2021).

Ainda segundo a mesma pesquisa, quando o assunto é coleta regular de lixo, a pesquisa aponta que 17,1 milhões de fluminenses têm acesso a coleta, o que representa 98,7% da população, ao passo que 0,3 milhões de fluminenses não tem acesso a coleta regular de lixo, o que representa 1,3% da população do Rio de Janeiro (SNIS 2021).

Os dados, principalmente da rede de esgoto, são muito alarmantes e colocam milhares de famílias em condições precárias de saúde, expostas a riscos de diversas contaminações, inclusive dificultando as condições de higienização necessárias para a prevenção ao vírus da Covid-19.

Estes números apontam que as condições de vida da população do Rio de Janeiro, principalmente a mais pobre, já estavam críticas mesmo antes da chegada do vírus. A chegada da pandemia só agravou este cenário de maneira significativa - cujos efeitos práticos se dão na deterioração absoluta do tecido social, tendo como seu pior sintoma o aumento da fome.

1.2 Pandemia da Gripe Espanhola e a pandemia da Covid-19: Quais são as semelhanças

A pandemia da Covid-19 não foi a primeira pandemia que o mundo e o Brasil enfrentaram, em 1918 ocorreu a pandemia da Gripe Espanhola causada pelo vírus da Influenza, e ela tem muitas semelhanças com a pandemia da Covid-19. Até hoje não temos dados muito precisos sobre essa pandemia e sua origem, mas sabemos que

embora ela tenha esse nome, não surgiu na Espanha, esse nome se deu porque foi a imprensa espanhola que noticiou os primeiros casos da Gripe. O vírus surgiu primeiramente no interior dos Estados Unidos, na esteira da Primeira Guerra Mundial, que aconteceu entre 1914 e 1918. Devido à escassez de alimentos e a piora das condições sanitárias durante e depois do conflito, acredita-se que o vírus possa ter se espalhado através dos soldados que voltaram para suas cidades e países de origem.

No Brasil, de acordo com o Atlas Histórico do Brasil (Fundação Getúlio Vargas), uma embarcação inglesa chamada Demerara, atracou em três cidades em setembro de 1918: Recife, Salvador e Rio de Janeiro e que nesta navegação haviam pessoas infectadas pela Gripe Espanhola e assim o vírus começou a se espalhar pelo país.

A Gripe Espanhola deixou cerca de 50 milhões de mortos e chegou a infectar aproximadamente 500 milhões de pessoas, o que é um número consideravelmente alto para a população do mundo na época, que era de 1,8 bilhões de pessoas. Nesse período não haviam tecnologias que pudessem estudar mais a fundo a origem do vírus, suas variantes, remédios, vacinas e tratamentos, além de não ter equipamentos que pudessem ajudar na recuperação das pessoas infectadas. Diferente do enfrentamento ao Coronavírus, que é um vírus que já existia em outras variações, além de ter surgido em um tempo onde as tecnologias estão mais avançadas para identificar variantes, vacinas e equipamentos de apoio à cura do vírus. A semelhança na prevenção que temos entre as duas pandemias, são as recomendações de uso de máscara e distanciamento social. (Revista Brasileira de Análises Clínicas; 2020)

Mesmo com as condições tecnológicas e conhecimento do Coronavírus em outras variações, a pandemia do Covid-19 tem sido tão devastadora quanto foi a da Gripe Espanhola e isso se dá também pela gestão do país. Em 1918, quando a epidemia se espalhou, o que se notou foi a incapacidade das estruturas de saúde de oferecer o mínimo de atendimento à população, não havia médicos e leitos o suficiente (NUNES & SANTOS, 2020, p. 21). Na época, o país ainda não contava com um sistema unificado de saúde, sendo difícil estimar quantas pessoas foram vitimadas pela doença. Fala-se em algo entre 47 e 50 mil pessoas. No Rio de Janeiro foram mais de 17.000, com mais de 500 mil infectados, numa população de 960 mil. Em São

Paulo, foram 5429, em 100 mil doentes, numa população que beirava os 500 mil (BERTUCCI, 2005).

Em 2019, com a população do país estava estimada em 211.755.692 habitantes pessoas (IBGE, 2020), a situação das estruturas de saúde não estava muito melhor. Somado a isso, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro ainda duvidou da gravidade da doença. Em um pronunciamento ao vivo na televisão em abril de 2020, anunciou que não havia motivo para pânico e que pessoas com menos de 40 anos, caso fossem acometidas pela doença, não apresentariam qualquer manifestação. Ele afirmou ainda que, com seu histórico de atleta, não teria nada mais que uma gripezinha ou resfriadinho (BOLSONARO, 2020). Esse pronunciamento foi amplamente divulgado, porém, não está mais disponível nas redes sociais oficiais do presidente, mas é possível assistir através da plataforma Youtube⁶.

Com o tempo e com o descaso do Governo Federal, a pandemia da Covid-19 foi tomando proporções maiores, que resultaram no colapso no sistema de saúde, que começou a não dar conta da demanda de pessoas infectadas. Não havia leito e nem equipamentos para atender a quantidade de pessoas que lotavam todos os hospitais e por essa razão foi necessário abrir hospitais de campanha para ampliar o atendimento. As pessoas internadas pela Covid-19 não podiam receber visitas e os familiares ficavam sabendo uma vez por dia do estado de saúde do paciente. O mesmo aconteceu na pandemia da Gripe Espanhola, a demanda era tão grande que foi preciso abrir estádios e escolas para a ampliar o atendimento. Como podemos ver nas fotos abaixo:

Na foto 01 temos um dos hospitais de campanha em 1918 abrigando as pessoas infectadas, sem equipamentos ou estruturas, apenas pessoas deitadas nas camas enfileiradas.

⁶ Pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro, 2020, sobre seu histórico de atleta e a Covid-19 ser só uma gripezinha e resfriado. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=deRVsj4soUA&t=164s>

Figura 1. Hospital de Campanha Gripe Espanhola nos Estados Unidos



Fonte: CNNBrasil <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/o-que-a-pandemia-de-gripe-espanhola-de-1918-pode-nos-ensinar-sobre-a-covid-19/>

Na foto 2, temos o Hospital de Campanha Pedro Dell'Antonia, em Santo André, região metropolitana de São Paulo, em 2020, preparado para receber pessoas infectadas pela Covid-19. O Hospital já informatizado e com aparelhos tecnológicos que ajudaram no processo do tratamento dos pacientes.

Figura 2 Hospital de Campanha Pedro Dell'Antonia, em Santo André, região metropolitana de São Paulo, em 2020



Fonte: National Geographic Brasil <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/04/no-pior-momento-da-pandemia-no-pais-jovens-sao-maioria-em-leitos-de-uti>

A crise não terminou na saúde, os cemitérios também não estavam dando conta da quantidade de óbitos nas duas pandemias, notícias de jornais alegam que em 1918, no Rio de Janeiro, corpos estavam sendo jogados na Avenida Rio Branco, no Centro da cidade por falta de vagas em cemitérios e que tiveram que abrir novos cemitérios por cidades do Brasil (NUNES & SANTOS, 2020, p.35).

Na pandemia da Covid-19, em 2020, também aconteceu essa crise no setor funerário, os cemitérios tiveram superlotação e outros espaços precisaram ser abertos. Neste período se multiplicaram imagens de cenas muito impactantes e tristes de milhares de novas covas abertas no Estado de São Paulo, por exemplo, como vemos na foto 03 abaixo:

Figura 3 Vista aérea do cemitério Vila Formosa nos arredores de São Paulo - AFP



Fonte: ISTOÉ Edição Nº 2719 04/03 - <https://istoe.com.br/enterros-em-massa-no-maior-cemiterio-da-america-latina-por-causa-do-coronavirus/>

Além disso, a dinâmica e a logística dos cemitérios precisou ser alterada, não foi mais possível realizar velórios, as pessoas ficaram impossibilitadas de dar o último adeus a seus familiares, o que é muito doloroso. Os coveiros passaram a usar roupas e equipamentos de alta proteção e não era permitido abrir o caixão das pessoas que morreram com o vírus, para evitar que a doença se proliferasse ainda mais.

À medida que os casos e óbitos por Covid-19 foram crescendo, foram surgindo também as especulações e indicações de remédios capazes de trazer a cura. O próprio presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, começou a divulgar o remédio Hidroxicloroquina, que não possuía nenhuma comprovação científica, em mais um ato criminoso contra a população e o Ministério da saúde também lançou um aplicativo que recomendava o que chama de "tratamento precoce" a pacientes que apresentavam sintomas da Covid-19, onde inclui além da hidroxicloroquina, a azitromicina (Jornal USP, 2021). Na pandemia da Gripe Espanhola isso também

aconteceu, o remédio divulgado com a promessa de cura era Grippina (BBC News/Brasil, 2020).

Embora já tenham se passado mais de 100 anos da primeira pandemia, ainda vemos muitas semelhanças entre as duas, a maioria delas poderiam ser evitadas se tivéssemos uma gestão qualificada e fossem colocadas em prática as políticas públicas que minimizem os impactos da desigualdade gerada pelo capitalismo.

Mas mesmo diante desse caos já instalado no país, não tivemos o apoio do atual chefe do executivo Presidente Jair Messias Bolsonaro na criação de políticas capazes de apaziguar esse momento. Muito pelo contrário, é um governo negacionista que induz a todo tempo a aglomeração e o não uso de máscaras, colaborando para que as tentativas de frear o vírus fracassassem, as inúmeras mortes continuassem, hospitais superlotados, prolongamento do tempo de retorno às atividades, o que também influencia diretamente na economia, que ele diz ser o foco do seu trabalho.

Além dessas, citamos abaixo outras ações que vão na contramão da busca pelo controle da pandemia:

- Aposta na teoria da imunidade de rebanho que é o momento em que a cadeia de transmissão do vírus é interrompida por ter atingido o número máximo de pessoas. Essas pessoas criam imunidade ou resistência ao vírus. No entanto, esse processo pode custar a vida de muita gente, até que todos possam passar pela doença, nesse processo muita gente morre, como é o que acontece com a Covid-19, que alcançou a marca de 600 mil óbitos em novembro de 2021.
- Investimento em empresas que desenvolvem medicamentos sem comprovação científica, o famoso kit Covid-19 ⁷, que muitas pessoas

⁷ Kit Covid: inclui drogas como hidroxiclороquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e corticosteroides sistêmicos, e tem sido amplamente utilizado no País porque, supostamente, poderia tratar a covid-19 de forma

Precoce e, assim, evitar hospitalizações e mortes fonte: Jornal da USP

<https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>

acabam tomando por prescrição médica ou mesmo por acreditar que poderia se prevenir do vírus

- Indução do uso de desses medicamentos para prevenção à Covid-19
- Criação de instabilidade no Ministério da Saúde, entregando o cargo de ministro da saúde para pessoas não especializadas na área e demitindo-as muito rapidamente de acordo com seus interesses políticos. Desde o início da pandemia passaram pelo cargo o total de quatro ministros, algo que é muito agravante no momento de uma pandemia, já que para que haja uma solução paliativa ao combate ao vírus, era necessário um plano de imunização e planejamento.
- Demora nas negociações e compras das vacinas, o que atrasou a imunização da população, criando um colapso na saúde pública e ocasionando um número enorme de mortes que poderiam ser evitadas.

Todos esses fatores foram agravantes para a intensificação da pandemia da Covid-19 no país, mais especificamente a troca de gestão do Ministério da Saúde, fazendo assim com que os planos de prevenção ao vírus fossem conflitantes entre si, como vamos analisar no tópico abaixo.

1.3 Instabilidade no Ministério da Saúde afeta o processo de contenção da Covid-19 no Brasil

No Brasil não tivemos decisões unânimes de prevenção entre os estados e municípios e a união, enfrentamos uma instabilidade e incapacidade muito grande do Ministério da Saúde diante das sucessivas interferências do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

No início da pandemia, Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, ocupava o cargo de Ministro da Saúde, ele esteve no Ministério no período de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020. Em um primeiro momento ele chegou a duvidar da proporção e gravidade da Covid-19, mas em seguida, de acordo com o crescimento do vírus no país, informou publicamente que enfrentaríamos momentos duros que poderiam durar meses e que nosso Sistema Único de Saúde não estava 100%

preparado para enfrentar o que viria pela frente, contrariando a teoria do Presidente Bolsonaro de que não precisava tamanha histeria diante de “uma gripezinha”. Mandetta apoiava as medidas de prevenção orientadas pela OMS, como o isolamento social e o uso de máscaras de proteção, além de ser contra o uso do medicamento Cloroquina, recomendado pelo governo de Bolsonaro (Uol Notícias, 2020).

Por conta dessas divergências, Bolsonaro resolveu demitir Mandetta no auge da pandemia, substituindo-o por Nelson Teich, médico oncologista, que assim como Mandetta defendia o isolamento social e chegou a propor *lockdown*, completo isolamento das pessoas em suas casas e fechamento do comércio, medida que foi adotada em muitos países. Bolsonaro o pressionou para que mudasse o protocolo do tratamento para a Covid-19, incluindo a cloroquina como medicamento de cura para o vírus. De acordo com os noticiários, devido a essas divergências, Nelson durou menos de um mês no cargo de Ministro da Saúde, ocupando a cadeira entre 16 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020 (Uol Notícias, 2020).

Em seguida, Eduardo Pazuello, general da ativa do exército, assumiu o Ministério da Saúde no período de 15 de maio de 2020 a 15 de março de 2021. Foi nesse mandato, com uma pessoa que não tinha o menor envolvimento com a saúde, que enfim Bolsonaro conseguiu incluir a cloroquina no protocolo de tratamento à Covid-19. Além disso, também retardou a negociação com os laboratórios que fornecem as vacinas contra o vírus. Foi também durante o comando de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde que houve uma crise no sistema de saúde do Amazonas (Uol Notícias, 2020).

Enquanto a população de Manaus clamava por oxigênio, o Presidente Bolsonaro seguia na perversidade de imitar pessoas com falta de oxigênio em uma de suas *lives*, um desrespeito imenso com a dor de milhares de famílias que enfrentavam a morte naquele momento. A *live* que aconteceu no dia 18 de março de 2020, mas que em seguida foi apagada de suas redes sociais oficiais, mas é encontrada no youtube⁸.

⁸ Pronunciamento do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Dia 18 de março de 2020. Sobre a falta de oxigênio no estado do Amazonas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g4K_WifUhuI

Diante desse caos e da negligência do Governo Federal, a Procuradoria Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 23 de janeiro de 2021, um inquérito para que a Polícia Federal realizasse a investigação sobre a suposta omissão do ministro da saúde Eduardo Pazuello na crise da saúde do Amazonas. Dentro desse pedido da PGR estava também a investigação sobre a aprovação do tratamento para a Covid-19 com o medicamento Cloroquina mesmo sem comprovação científica. O pedido foi aceito pelo STF no dia 25 de janeiro de 2021. (MPF, 2021)

Com a demissão de Pazuello, Marcelo Queiroga, atual presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, graduado em Medicina pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba), especialista em cardiologia, é doutorando em Bioética na Universidade do Porto, em Portugal, passa a comandar o Ministério da Saúde, para ele, as declarações de Bolsonaro contra a vacina não prejudicam a Campanha Nacional de Imunização, ele manteve o medicamento Cloroquina como parte do tratamento contra a Covid-19, mesmo não havendo nenhuma comprovação científica.

Embora Queiroga tenha um currículo considerável e seja um cardiologista renomado e muito considerado no município de João Pessoa na Paraíba, segundo noticiários no cargo de Ministro da Saúde passou a ser um seguidor incondicional de toda insanidade proferida pela boca do Presidente Bolsonaro, bem como apoiar suas decisões. Foi contra a vacina em crianças e concordou com Bolsonaro em divulgar os nomes dos profissionais da Anvisa que aprovavam a vacinação infantil, muito provavelmente com a intenção de estimular pais raivosos e contra a vacina a ameaçarem e humilharem esses funcionários. Além disso, retardou a aprovação da vacinação infantil. (Uol Notícias, 2021)

Como podemos perceber, a falta de estabilidade no Ministério da Saúde fez com que nenhum planejamento de combate a Covid-19 tivesse continuidade, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro fez do Ministério da Saúde seu parque de diversões em meio a uma pandemia que tirava milhares de vidas todos os dias, escolhendo nomes de acordo com suas ideologias e não de acordo com a qualificação e capacidade de gerir um Ministério extremamente necessário para dar respostas à uma pandemia tamanha complexidade como é a Covid-19. As ações de

Bolsonaro demonstram que só permanece no cargo quem está disposto a obedecer a suas ordens e seguir sua cartilha, ainda que ela leve o país à ruína. Bastava não concordar com ele que ele trocava de ministro, até encontrar pessoas que concordavam com ele e continuavam prescrevendo Cloroquina como tratamento para Covid-19 e retardando as negociações das vacinas (Uol Notícias, 2020).

Não importa para o Bolsonaro que nesse comportamento infantil, irresponsável e criminoso muitas pessoas perderam seus entes, histórias foram interrompidas, seu ego e crueldade eram mais importantes e como disse em entrevista "A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo" (BOLSONARO, 2020) ele ignora os problemas já corriqueiros do Brasil, a desigualdade assombrosa que coloca milhares de pessoas em condições de precariedade e, por isso, mais suscetíveis ao vírus. O vídeo deste pronunciamento está disponível na plataforma Youtube⁹.

1.4 A crise econômica do Capitalismo no Brasil

O modo de produção capitalista tem como característica suas crises cíclicas, necessárias para manutenção e equilíbrio entre a oferta e a demanda, capazes de manter sua reprodução e manutenção na sociedade.

Alguns autores defendem que em 2008 iniciou-se mais uma dessas crises econômicas e cíclicas do capitalismo, no entanto o autor István Mészáros (2009), defende que desde a década de 1970 o capital entrou em uma crise estrutural da qual não poderá sair sem destruir-se, para ele não se trata mais de uma crise cíclica e sim uma crise na própria estrutura do capital. Essa crise estrutural do capital coincide com um período no qual o Brasil estava na ditadura empresarial-militar, ainda que os efeitos dessa crise só seriam percebidos com a abertura democrática e com os governos eleitos na década de 1990. O cerne dessa crise, para o autor, se dá devido ao próprio mercado capitalista que faz com que a produção e circulação de mercadorias seja mais acelerada, dando caráter descartável as mercadorias, com

⁹ Pronunciamento do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, minimizando os impactos da Covid-19 e banalizando a morte como destino de todo cidadão. 2020. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=402CQ8yO4ho>

uma vida útil menor, acelerando a produção, mas não a capacidade de consumo, dentre outros fatores, como a destruição da natureza.

Um elemento da dinâmica da reprodução do capital, como já apontava Marx, está na agregação constante de tecnologia e maquinário que substituem a força de trabalho, logo, expelindo trabalhadores e trabalhadoras do processo produtivo, ou seja, gerando desemprego. Havendo maior produção e menor número de trabalhadores, gerando um caráter de alta competitividade e desemprego, não havendo assim um período de recuperação entre as crises para que elas sejam cíclicas.

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÈSZÀROS, 2009, Pg.01)

A crise estrutural do Capital tem deixado a vida em sociedade cada vez mais caótica, à medida que o capital avança, avança também o desemprego, em uma sociedade na qual a forma de vida é a venda da força de trabalho por salário, a falta do emprego gera falta de salário e logo, aumento da desigualdade e da pobreza, e com elas, conseqüentemente, aumento das pessoas em situação de fome, essa situação que já é uma tendência do modo de produção capitalista, se intensifica com a crise sanitária.

1.5 Taxa de desemprego e precarização do trabalho no Brasil

O desemprego, a precarização do trabalho e o desmonte dos direitos trabalhistas vem crescendo desenfreadamente no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, publicada em novembro de 2019, portanto, antes da chegada da pandemia, informava que das pessoas em idade economicamente ativa, ou seja, pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou

mais), 11,1% estavam em situação de desemprego. Em março de 2020, ainda segundo o painel IBGE, quando chega a pandemia no Brasil, essa taxa já estava em 12,4%, em junho alcançou a marca de 13,6%, a medida que a pandemia ia se intensificando essa porcentagem ia aumentando, no terceiro trimestre chegou a 14,9%, encerrando o ano de 2020, no mês de dezembro com 14,2% de pessoas desempregadas. O início de 2021, em março, voltou a subir batendo a mesma taxa do terceiro trimestre de 2021 com 14,9%, em junho bateu 14,2%, em setembro teve uma queda no número de pessoas desempregadas, descendo para 12,6%, encerrando o ano de 2021 com a mesma porcentagem do final de 2019, com 11,1% de pessoas desempregadas e permaneceu assim até o primeiro trimestre de 2022.

Como podemos analisar nos dados acima, embora a taxa de desemprego no início de 2020 já estivesse alta, no período mais crítico da pandemia da Covid-19 alcançou a marca de 14,9%, um aumento de 3,8%. Esse dado é muito importante para percebermos o impacto da pandemia na vida dos brasileiros e quantas pessoas perderam sua fonte de renda e começaram a fazer parte das famílias que ficaram sem ter como se alimentar neste período. Mas, sobretudo para compreendermos que o desemprego e conseqüentemente a fome já alcançavam números exorbitantes devido a crise do capital, com a marca de 12,4% de pessoas desempregadas, três vezes mais do que a marca alcançada pela pandemia da Covid-19, que aumentou em percentual 3,8% de pessoas desempregadas.

Muitas empresas e comércios fecharam no primeiro momento da pandemia, principalmente os comércios que dependem do trânsito de pessoas para alcançar suas metas em vendas e se manter financeiramente. A maioria dos escritórios já não tem essa dependência direta, muitos conseguiram migrar para o trabalho remoto, que aumentou muito nesse período. Mesmo após a vacinação ter avançado, muitas empresas aderiram ao trabalho híbrido ou remoto como novo modelo, na contramão disso tem a vivência desses trabalhadores que hoje já não conseguem mais diferenciar trabalho, casa e família, todas as rotinas estão misturadas o que, principalmente para as mulheres, tem se tornado ainda mais exaustivo.

Outro ponto que a pandemia intensificou foi o trabalho informal, que já vinha crescendo desde a década de 1970 quando se iniciou mais uma crise do capital, que

conta com os desmontes dos direitos dos trabalhadores e crescimento de benefícios para empresários. De com a Central Única dos Trabalhadores (CUT- 2022) o Brasil encerrou o ano de 2021 com crescimento de pessoas trabalhando na informalidade, com um crescimento de 2,6% na média anual e com taxa de 40,1% de pessoas trabalhando de maneira informal, ou seja, sem acesso aos direitos trabalhistas.

Os trabalhos por aplicativo são exemplos muito comuns desse trabalho informal na atualidade, motoristas e entregadores que prestam serviço para as plataformas digitais, pagam uma porcentagem para executar esse trabalho, mas não têm nenhuma garantia ou segurança no trabalho que realizam. Não são empregados do cliente, não são empregados dos aplicativos, não são empregados dos restaurantes, nem de outras empresas para qual direciona sua força de trabalho. Esse fenômeno que vem acontecendo no mercado de trabalho é chamado de Uberização do trabalho, em análise do sociológico Ricardo Antunes (2019), que acredita que esse é um caminho de retorno a servidão, que ainda será considerada privilégio, por conta do discurso de empreendedorismo e liberdade que é vendido pela estrutura econômica e política atual. Normalmente os entregadores de aplicativo costumam usar de seus bens privados, como carro, bicicleta, celular, internet e etc., para prestar serviços para essas plataformas digitais. Além de terem uma carga horária exaustiva e mal remunerada, vendida pelo discurso de que “você é seu próprio patrão e quanto mais se dedicar, mas retorno financeiro terá” o que é uma falácia, à medida que esse trabalho é extremamente desvalorizado.

O trabalho uberizado – e isso em si já é trágico – não se restringe aos trabalhadores que trabalham em plataformas como Uber ou iFood. Há hoje plataformas de diversas modalidades de trabalho: médicos, engenheiros, empregadas domésticas, jornalistas, professores. Todos os trabalhadores desse amplo campo dos serviços tendem a se converter em trabalhadores uberizados. A aprovação da reforma trabalhista pela figura tenebrosa de [Michel] Temer, ao defender e aprovar o trabalho intermitente, foi a porta de entrada que os capitais precisavam para criar essa modalidade nova que denomino de escravidão digital. (ANTUNES, 2020 - s/p)

Citamos os entregadores e motoristas de aplicativos como exemplos, mas como Antunes (2020) afirma acima, esse modelo de trabalho que vem sendo implementado e intensificado não se restringe apenas a esses profissionais, e sim se expande para todos os tipos de profissão que hoje prestam cada vez mais serviço

através de plataformas digitais, profissões inimagináveis como a de médico, por exemplo. Esse fenômeno tem se intensificado ainda mais pela pandemia devido a orientação de isolamento social.

A situação de desemprego e o trabalho informal soma-se, no Brasil, à estrutura racista originária de uma história colonialista e escravocrata na qual o Brasil foi construído e que se perpetua até os dias atuais pela sua utilidade ao sistema capitalista, que marca fenotipicamente corpos negros na manutenção do racismo estrutural, presente na cultura, ideologia, política e também na economia do país.

A perspectiva de que o racismo é socialmente construído durante toda história e que em decorrência dele, também há uma desigualdade social muito grande na sociedade e tem uma relação direta com o poder dentro do capitalismo e as condições em que os negros são colocados nos processos sociais. No entanto, há uma negação de que o racismo exista, mesmo com todas as evidências históricas e perpetuantes estruturalmente. Essa negação da existência do racismo, aumenta a ideia de uma falsa democracia racial, o que dificulta que se elabore políticas públicas de combate ao racismo e reparação histórica, como as cotas raciais nas universidades e ações afirmativas, por exemplo, que possam de alguma maneira dar à população negra e periférica a possibilidade de ocupar lugares de tomadas de decisões dentro da sociedade e não somente viver nos campos subalternos como empregados e empregadas de homens brancos.

O discurso racista é endossado pela ideia de meritocracia que prega que todas as conquistas e colocações dentro da sociedade dependem de um esforço próprio e individual, alinhado com o discurso da política neoliberal, que é apoiada pelo Estado e pelo Capitalismo que coloca, desde sua construção no Brasil, a população negra como inferiorizada, considerando a miscigenação da mistura da população negra africana e a população branca como uma evolução, em um processo de embranquecimento populacional.

Silvio Almeida traz em seu livro *Racismo Estrutural* (2019), um ponto importante para reflexão sobre o discurso esvaziado dos processos históricos para validar a violência em todos os aspectos contra o povo negro, colocando-o em um lugar de inferioridade e justificando esse lugar com argumentos racistas e meias

verdades, tais como: “As pessoas negras são menos aptas a vida acadêmica e pesquisa”; “pessoas negras são afetadas por suas escolhas individuais, sem interferência racial ou política”; “pessoas negras tem menos acesso à educação por fatores históricos e por isso estão em trabalhos menos qualificados e mal remunerados”; “pessoas negras estão sob domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está no domínio de todas as esferas de poder;”

As duas primeiras explicações são racistas. A primeira é abertamente racista, pois impinge uma espécie de inferioridade natural a pessoas negras. A segunda é veladamente racista, e afirma, ainda que indiretamente, que os negros são os culpados pelas próprias mazelas. Já a terceira e a quarta trazem o que poderíamos chamar de meias-verdades. De fato, negros e negras, são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam um menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político e econômico privilegia pessoas consideradas brancas. Mas o que as explicações três e quatro não mostram é o motivo pelo qual pessoas não brancas tem menos acesso à educação e como e porque pessoas brancas obtém vantagens e privilégios sociais. (ALMEIDA, 2019, p. 48)

Nesse sentido podemos constatar que o racismo não tem só cunho econômico, mas também ideológico e político, uma vez que as percepções e afirmações de que o racismo é uma invenção do homem e que existe uma democracia racial são introduzidas cada vez mais na sociedade. Essa consciência é implantada por diversas vias, através de discursos e ausências de negros e negras em cargos de poder, nas capas de revistas, nas novelas e etc. Se aparecem, aparecem sempre em cargos subalternos, criando uma ideologia até mesmo “inconsciente” de que esse é o lugar do povo negro, carregado de marcadores sociais que seguem colocando a população negra em espaços pré-determinados pela classe dominante de poder, lugares inferiores e forjados ideologicamente.

Essa formação ideológica de toda uma sociedade interfere diretamente em como e quem deve ter acesso a direitos civis, liberdade de ir e vir, qual a parcela da sociedade que vai sofrer violência, permanecer vivo e logicamente ter acesso à educação, emprego e qualidade de vida.

Os dados de empregabilidade trazem muito explicitamente esse reflexo na vida da população negra se tratando do mercado de trabalho, que é um dos reflexos palpáveis dessa construção condicionada ao racismo estrutural.

De acordo dados divulgados através da imprensa, com dados colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no quarto trimestre de 2021, a taxa de desemprego entre trabalhadores e trabalhadoras identificados (as) como pretos e pardos era de 26,2%, enquanto que a taxa da população branca estava em 9,0%. Esse dado não existe por acaso, ele é fruto de uma estrutura racista e de um sistema capitalista que gera desigualdade de oportunidades e acesso a bens e serviços. (CÂMARA MUNICIPAL BH, 2021)

Diante desses dados, podemos observar que se é a população negra que se encontra em condição de maior vulnerabilidade social é também essa população negra que, conseqüentemente, está mais vulnerável ao vírus da Covid-19. De acordo com dados do relatório “Denúncia de Violações dos Direitos à Vida e à Saúde no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil” (2021), criado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a população negra morrem cinco vezes mais que a branca por Covid-19 no Brasil.

As desigualdades históricas, que colocam a população negra (preta e parda) em piores condições em relação à branca, ficaram ainda mais acentuadas durante a pandemia. Uma pesquisa da Fiocruz revelou que já no primeiro ano da doença, negros e negras lideraram as taxas de mortalidade, além de não terem sido priorizados no esquema de vacinação.

No primeiro, ficou demonstrado que, enquanto 55% de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38%. Na segunda pesquisa, o Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. O acesso desigual à saúde também se reflete na vacinação. Uma reportagem da Agência Pública de março de 2021 apontou para a discrepância entre brancos e negros vacinados: 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas receberam a primeira dose do imunizante contra o novo coronavírus. Já entre os negros, esse número cai para 1,7 milhão (Fiocruz, 2021, s/p.)

Em uma sociedade salarial, a perda do emprego e da renda é uma violação de direito que dificulta o acesso aos alimentos, já que o meio para alcançá-los é via compras em mercados. Além disso, há outros fatores que colaboraram para o aumento da fome no período pandêmico, a começar pelo preço dos alimentos à venda, que vem subindo diariamente, inclusive de alimentos que compunham as

cestas básicas que estão sendo a base da alimentação de muitas famílias, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE 2022), em janeiro de 2022, a cesta básica chegou a custar R\$ 692,83, representando 61,80% do salário mínimo. Esse aumento se deu também pelo preço crescente do petróleo que interfere diretamente na chegada dos alimentos até os mercados. A energia elétrica também sofreu aumentos consideráveis de quase 25% (CNN Brasil 2021), entre 2020 e 2021, o que dificulta a manutenção do uso de maquinários, manutenção de equipamentos de mercados, indústrias, frigoríficos e demais espaços de apoio ao comércio de alimentos.

Essa conjunção de fatores que incluem crise do capital que apresentava grandes índices de desemprego, especialmente para a população negra, crise sanitária que aumentou ainda mais os índices de desemprego, aumento do preço dos alimentos e aumento nos preços dos combustíveis, da energia elétrica, dentre outros, vão intensificar o quadro e agravar o que chamamos neste trabalho de pandemia da fome.

Entretanto existe mais um elemento importante a ser considerado, o desmonte das políticas sociais de combate à fome, nesse sentido, no próximo capítulo iremos nos dedicar brevemente a comentar alguns elementos da política de combate à fome no Brasil.

CAPÍTULO 2

A FOME NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E A POLÍTICA SOCIAL DE COMBATE À FOME

2.1 A pandemia da fome no Brasil

A alimentação é um elemento fundamental para a formação saudável de uma pessoa, mas nem sempre ela chega à casa das famílias brasileiras, muitas pessoas não têm acesso a uma alimentação regular, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2021) realizada no período de junho de 2017 a julho de 2018, 15 pessoas morriam por dia de fome e 5.653 pessoas morreram por desnutrição no Brasil.

Com a chegada da pandemia essa questão se intensificou ainda mais. Pessoas que antes conseguiam manter uma alimentação regular, passaram também a fazer parte do grupo de pessoas que não tem como se alimentar diariamente, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação, os outros 6 lares se dividem nos que já passam fome e nos que estão preocupados se conseguirão manter a alimentação no futuro. São 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar, um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018 (II VIGISAN, 2022).

A pandemia fez com que muitos não pudessem trabalhar e/ou perdessem seus empregos, como já foi dito, dificultando assim o acesso a recursos financeiros para compra de alimentos que estão com preços cada dia mais crescentes, afetando principalmente quem habita regiões periféricas e espaços vulnerabilizados.

A pauperização e a pobreza atingem grande parte da população, mas não é algo natural, ninguém está nessa condição porque está escrito no seu destino. A fome é uma das expressões da questão social, produzida pelo capitalismo, que é um sistema econômico que visa o lucro e a acumulação de riquezas, baseada na propriedade privada dos meios de produção. Neste modelo capitalista temos duas classes antagônicas fundamentais para compreender a formação social, a classe burguesa, que detém os meios de produção, e a classe trabalhadora que possui

apenas a força de trabalho. A Classe Burguesa, que é proprietária dos meios de produção, e contrata a força de trabalho humana, através do pagamento de salários, ocorre que esse trabalho sempre cria excedentes que quando comercializados geram lucro e esse lucro é apropriado pelo capitalista. Com isso, a centralização de riquezas e meios de produção fica concentrada nas mãos da burguesia, que engorda seus patrimônios e monopoliza ainda mais os meios de produção. Esse mecanismo é o que alimenta a existência do capitalismo, sem a exploração e extração de mais valia, ele não existiria.

Com efeito, ao fim de cada fase produtiva, a resultante social são dois sujeitos que se defrontam tal como no início da fase precedente: a classe que detém o capital mantém-se proprietária dele, a classe que porta a força de trabalho continua a só dispor dela. Ao fim de cada fase produtiva, defronta-se capitalistas e proletários, tal como é necessário para que a produção capitalista se inicie. (NETTO, 2012, p. 149)

Não há possibilidade de se produzir uma sociedade em condições igualitárias no Modo de Produção Capitalista, pois esse modelo de produção gera crises que intensificam as expressões da questão social, que acontecem de acordo com a maneira como o capital se movimenta na sociedade. Crises econômicas, políticas, sanitárias e etc., o que leva a população a um caos de insegurança. Dentro desses contextos o capitalismo gera um grande exército industrial de reserva, ou seja, pessoas desempregadas e condicionadas a aceitar o que lhes é oferecido como salário, benefícios e direitos, pois precisam trabalhar a qualquer custo para manterem suas necessidades básicas.

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem que ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerando em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (Marx, 1984, apud Netto 2012 p. 137)

Até mesmo nosso consumo diário e nossos desejos são guiados pelo capitalismo, uma vez que estamos tendo sempre que nos encaixar em padrões determinados e que nos incentivam ao consumo exacerbado.

Ou seja, a fome, como expressão da questão social, também é produzida pelo capitalismo, é reflexo da desigualdade criada pelo sistema capitalista, que por sua vez, gera a questão social, e que coloca parte da população sem acesso a direitos fundamentais como alimentação, emprego e renda, moradia, saneamento básico.

Uma forma de minimizar os efeitos das expressões da questão social é a intervenção do estado via políticas sociais, no próximo tópico vamos trazer um pouco de alguns programas de combate à fome que vem sofrendo desmontes na atual conjuntura política do nosso país, o desmonte da política social de combate à fome, somada aos outros elementos que listamos no primeiro capítulo, contribui para intensificar ainda mais a questão da fome que atinge diversas famílias brasileiras.

2.2 Breve Histórico de Programas de Combate à Fome no Brasil

O Brasil é uma referência mundial em política de combate à fome. Essa política remonta a década de 1930 com o surgimento do salário mínimo, os estudos sobre a cesta básica e a merenda escolar. Mas vamos nos deter no percurso mais recente da política social a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Já na década de 1990 o Partido dos Trabalhadores (PT), começou a debater o programa Fome Zero, nesse período, o Brasil tinha cerca de 24 milhões de pessoas que enfrentavam a fome e viviam em condição de extrema vulnerabilidade social (Fome Zero 2001). Em 2002 o combate à fome foi o eixo central da campanha política do partido, que defendia que todo brasileiro tinha o direito de se alimentar ao menos três vezes ao dia.

Em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu como presidente da república, o Programa Fome Zero começou a ser implantado e estruturado, como substituição do Programa Comunidade Solidária, administrado pela primeira dama Ruth Cardoso, e demais programas de transferência de renda, repasses de bolsas e recursos financeiros, como o vale gás e o bolsa escola, elaborados por Fernando Henrique Cardoso, presidente da república até o ano de 2002.

O Programa Fome Zero (2001) tinha como principal objetivo, a erradicação da fome e conquista da cidadania para quem tinha mais vulnerabilidade à fome, para isso se guiava por quatro eixos principais:

- Alimentação
- Geração de Renda
- Fortalecimento da agricultura familiar
- Mobilização e controle social

Para implementar o programa Fome Zero o governo criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que em seguida em uma fusão com o Ministério de Assistência Social e Promoção social deu origem ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As propostas do programa vão se desdobrar em diversas ações de combate à fome, que vai desde a ajuda financeira às famílias mais pobres (com o cartão Bolsa Família) até a criação de cisternas no sertão nordestino, passando pela construção de restaurantes populares, a orientação sobre alimentação saudável, dentre outros que se consolidará no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Dentre as políticas sociais elaboradas para o combate à fome, uma das políticas mais importantes implementadas pelo Governo Lula foi o Bolsa Família, que é uma política social de transferência de renda sob condicionalidades. O Bolsa Família foi criado em 2003 e tinha como objetivo o repasse financeiro de recursos às famílias como complemento de renda e articulação com outras ações, a fim de estimular o desenvolvimento das famílias na busca por acesso a direitos.

As famílias atendidas pelo Bolsa-família precisavam comprovar renda per capita de até R\$100,00, sendo o maior benefício concedido no valor de R\$50,00, as famílias que tinham renda *per capita* acima de R\$ 50,00 somente recebiam o recurso variável que poderia ir até R\$ 45,00. Nesta época, o salário mínimo era de R\$240, e o maior valor pago era de R\$ 50,00, o equivale à 20,83% do salário mínimo à época; a cesta básica no mês de outubro de 2003, quando o bolsa família foi aprovado, para a cidade de São Paulo era de R\$ 162,58, correspondia a 67,5% do salário mínimo (DIEESE). Importante colocar que por melhor que seja o Bolsa Família, em nenhum período ele cobriu o valor da cesta básica. As famílias precisavam também manter

seus dados atualizados no Cadastro Único, que é uma ferramenta de coleta de dados que tem por objetivo localizar e identificar famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza para direcioná-las a programas sociais.

Outro programa que merece destaque no âmbito das políticas de combate à fome, é o Programa Restaurante Popular, com ele esperava-se criar uma rede de proteção alimentar nas áreas com grande fluxo de pessoas, que precisam se alimentar fora de casa, bem como pessoas em situação de rua. De acordo com noticiários, em 2016 muitos restaurantes da cidade do Rio de Janeiro foram fechados, mantendo apenas 03 restaurantes abertos na capital e mais 02 em outros municípios, totalizando apenas 05 dos 19 restaurantes abertos. A justificativa para o fechamento dos restaurantes, segundo notícia veiculada através do site G1, no dia 24 de maio de 2019, se deu por dívidas administrativas. Esse fechamento privou milhares de pessoas de terem acesso a uma refeição com qualidade e de baixo custo, muitas vezes a única que tinham por dia.

Desde o fechamento dos restaurantes, existem várias movimentações para que a prefeitura do Rio reabra pelo menos cinco, dentre eles o restaurante da Central do Brasil, justamente por estar em uma região central e de grande circulação. A Frente Parlamentar Contra a Fome da Câmara dos Vereadores levou propostas para a reabertura desses restaurantes, após a tentativa de reabertura dos restaurantes a Prefeitura do Rio de Janeiro vem inaugurando cozinhas comunitárias que fornecem alimentação gratuita para famílias que têm renda mensal de até R\$ 105,00 por pessoa (Prefeitura do Rio, 2022).

Outro programa fundamental no combate à fome é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa visa oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da educação básica pública. Desde a década de 1940 que o Instituto de Nutrição vem tentando trazer a implementação de programas que pudessem oferecer alimentação de qualidade para todos os alunos da rede pública. Mas apenas na década de 1950, em 1958, o programa foi implementado, na época conhecido como Merenda Escolar, é o único programa social que não sofreu descontinuidade na história nacional.

Ao longo dos anos o programa veio se aperfeiçoando e se ampliando em âmbito nacional, apenas em 1988, por meio de programa suplementar de alimentação escolar, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, a ser custeado pelos governos federal, estadual e municipal, oferecendo alimentação de forma universalizada durante 200 dias letivos do ano.

Até o ano de 1993, a execução desse programa passava por processos licitatórios para a contratação de laboratórios especializados que não só escolhiam os cardápios, como também davam conta de toda distribuição em território nacional. Em 1994 houve uma descentralização deste serviço, através da Lei nº 8.913, de 12/7/94, havendo então convênios com municípios e envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados que passaram a ficar responsáveis pelos seus estados de acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Essa descentralização trouxe mudanças positivas na letra do programa, tais como:

- Exigência que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.
- Criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa.
- A exigência da presença do nutricionista como responsável técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as entidades executoras.
- Estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do Pnae, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. (Portal FNDE)

Através da Lei nº 11.947, de 16 de junho, em 2009, o PNAE passa a atender toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura

familiar, essa modificação na Lei do PNAE foi um grande impulsionador da venda da produção camponesa, além de garantir alimentos frescos na alimentação escolar.

A Resolução FNDE nº 26, de 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato.

O PNAE é consolidado e considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, o único com atendimento universalizado e que não sofreu alterações com os desmontes das políticas de combate à fome.

Por conta da pandemia e das medidas de segurança e prevenção à Covid-19, as escolas também tiveram que interromper suas atividades. A escola é uma extensão da casa de muitas pessoas, onde as crianças não só aprendem, como também se alimentam diariamente, uma contribuição na construção social delas.

Uma vez que as escolas fecharam suas portas, muitas crianças, adolescentes e jovens ficaram descobertos de alimentação, pois muitos deles fazem apenas a refeição oferecida na escola durante o dia.

Diante dessa situação, o Congresso Nacional, através da Lei nº 13.987 de 07 de abril de 2020, decretou que devido a situação de emergência e estado de Calamidade Pública no país, as escolas públicas teriam que prestar apoio alimentar a famílias dos estudantes, esse apoio foi garantido com recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A logística e critério de distribuição de alimentos ficou a cargo de cada município. No Rio de Janeiro, ainda na gestão do Prefeito Marcelo Crivella, ficou

definido através do Decreto Rio Nº 47357 de 8 de abril de 2020, o fornecimento de alimentação nas escolas e uma cesta básica para a família dos alunos.

Em seguida, essa medida foi substituída por um Cartão Cesta Básica, no valor unitário de R\$100 (cem reais) a ser recarregado enquanto perdurasse a suspensão das aulas em decorrência da pandemia da Covid-19. No Rio de Janeiro o valor da recarga do cartão foi de R\$54,20 por aluno, que foi concedido pela cobrança da justiça e através de um acordo da Prefeitura do Rio com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ).

Entretanto só tinham direito a esse cartão os pais de alunos devidamente matriculados e cadastrados nos Programas Bolsa Família ou Cartão Família Carioca. O que é um grande problema, visto que, devido ao estado de calamidade pública, famílias que antes não enfrentavam a questão da fome, neste momento passaram a enfrentar, logo, o benefício deveria ser entregue a todos os responsáveis, independentemente de estarem ou não cadastrados em programas sociais.

Por fim, vamos destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não é um programa tão conhecido popularmente como os citados acima, mas é muito importante para o combate à fome e incentivo à agricultura familiar. Foi criado em 02 de julho de 2003, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito da política de combate à fome e instituído pela Lei nº 10.696, que foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

O Programa funciona com compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelo Governo Federal e que são repassados gratuitamente a pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional e também a pessoas que estão sendo atendidas pela rede socioassistencial através de restaurantes populares e cozinhas comunitárias, por exemplo.

Além disso, o programa incentiva hábitos alimentares saudáveis, fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos.

Mesmo antes da pandemia da Covid-19, o PAA já vinha sofrendo com redução de investimentos públicos. Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, o programa teve o menor número de investimentos, correspondentes a R \$31,2 milhões de orçamento (Brasil de Fato, 2021).

Devido ao crescimento da fome diante da pandemia da Covid-19, em 2020 o PAA recebeu uma injeção de investimentos, referente R\$ 202,7 milhões de orçamento, mas que reduziria pela metade em 2021, no ano seguinte (Brasil de Fato, 2021).

As ações de combate à fome no Governo do PT alcançaram 19 ministérios e foram elaborados vários programas, não era pretensão deste trabalho comentar todos eles, apenas chamar a atenção para a diversidade de ações. De forma geral, os governos Michel Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022) reduziram, eliminaram e descontinuaram grande parte deles. O Bolsa Família por seu caráter de repasse de renda permaneceu durante quase toda a pandemia, em parte dela, foi acrescido de um auxílio emergencial, mas inclusive o Programa Bolsa Família foi substituído, falaremos disso na sequência.

2.3 A Pandemia da Covid-19 e o Auxílio Emergencial para conter a Pandemia da Fome

Com o aumento da fome no país e muitas famílias sem conseguir manter suas despesas básicas, começou uma pressão muito grande da população e da oposição do governo atual para a aprovação de um auxílio que pudesse garantir uma renda mínima para a população que estava desempregada e impossibilitada de trabalhar. Inicialmente o Ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu pagar uma ajuda de R\$200,00 para as pessoas que estivessem inscritas no CadÚnico – sistema de cadastro da política de Assistência Social. No entanto, houve um debate no parlamento sobre a insuficiência do valor proposto pelo governo Bolsonaro, o valor oferecido era insuficiente para atender às necessidades básicas das famílias. Guedes alegava que não havia recursos públicos suficientes para este feito. Por conta disso,

o Ministro atrasou a formalização do recurso, enquanto as necessidades da população só aumentavam.

Com a demora do envio de uma proposta formal por parte do Governo Federal, o parlamento criou, através da PL 1.066/2020, uma ementa que solicitava o aumento da parcela para R\$600,00 a serem pagos por três meses, que seriam abril, maio e junho de 2020. Houve também uma proposta de ampliação do benefício para todas as pessoas que por alguma razão estavam em condições vulneráveis ou impossibilitadas de trabalhar, com previsão de atender 30 milhões de pessoas inicialmente.

Para garantir o benefício às pessoas precisavam estar enquadradas em algumas regras, que são elas:

- Apenas um dos membros da família teriam direito ao benefício
- Maior de 18 anos
- Microempreendedor Individual (MEI)
- Pessoas que trabalhavam por conta própria e que pagavam contribuição individual à Previdência Social. Trabalhadores por conta própria que pagam contribuição individual à Previdência Social
- Autônomos e trabalhadores fora da força de trabalho
- Beneficiários do Bolsa Família
- Mulheres provedoras da família - mães solas – que teriam direitos ao dobro do valor estimado, ou seja, R\$ 1.200. (PL 2099/2020)

No dia 02 de abril de 2020, através da Lei 13.982, de 2020, entrou em vigor, aprovada pelo executivo e Câmara dos Deputados, o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, três vezes o valor proposto pelo Ministro da Economia Paulo Guedes e o Governo Federal. No entanto, é importante ressaltar que dentro da Lei incluíram alguns vetos, como, por exemplo, o que aumenta para meio salário mínimo da renda familiar o valor para a pessoa ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que antes era de um quarto de salário mínimo, a partir do ano de 2021. O BPC é um benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tem o objetivo de garantir um salário mínimo mensal a idosos com mais de 65 anos e pessoas de qualquer idade que tenham alguma deficiência que a impeça de trabalhar.

O banco escolhido para efetuar os pagamentos foi a Caixa Econômica Federal que enfrentou sérios problemas com o aplicativo *Caixa Tem*, usado para o cadastramento e recebimento do recurso. A ineficiência do aplicativo gerou muito caos e atraso nas transferências dos benefícios. A única maneira de acesso inicialmente foi através dos aplicativos, um desafio tecnológico, visto que nem todo cidadão sabe manusear ou tem aparelhos telefônicos e internet disponíveis para o cadastro, o que gerou filas quilométricas nas agências da Caixa Econômica Federal e aglomerações, contrariando uma das principais recomendações das OMS de distanciamento social para conter a transmissão do vírus da COVID-19.

Diante da crise sanitária mundial, a população ficou refém de uma burocratização que levou um bom tempo para ser normalizada, para um pagamento que deveria ser direcionado a todo cidadão e cidadã brasileiro e brasileira.

A Dataprev é uma empresa pública de informação e tecnologia da Previdência e ficou responsável pelo cadastramento dos interessados em receber o auxílio emergencial e identificação de quem estaria apto a receber. Segundo a empresa, 97 milhões de brasileiros se inscreveram e 66 milhões estavam aptos a receber o benefício, o dobro de pessoas estimado pela Câmara dos Deputados e Executivo.

Ao final dos três meses de pagamento do programa, o Governo Federal comandado pelo então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, autoriza mais dois meses de pagamento, com a proposta de R\$200,00 reais nos meses de julho e agosto de 2020, no entanto, o valor de R\$600,00 reais foi mantido pela Câmara, completando cinco meses de auxílio emergencial no valor de R\$600,00 reais. Pois havia uma taxa elevada de contaminação pelo vírus e recorde de desemprego no país no momento da prorrogação do benefício.

No final de ano de 2020, o Brasil teve uma queda de casos de Covid e uma flexibilização maior com as regras de isolamento social, o que fez com que o Governo Federal não estendesse o auxílio emergencial. O que foi um grande equívoco, visto que as famílias ainda continuavam em situação de extrema vulnerabilidade social e o desemprego crescendo.

No início de 2021 houve um novo aumento de casos da Covid-19 e a pressão popular colaborou para que o Governo Federal assinasse a Medidas Provisórias (MP 1.039) que garantia mais quatro parcelas do auxílio emergencial, nos meses de abril a julho de 2021, só que dessa vez com novas regras e valores, que variaram entre R\$150,00; R\$250,00 e R\$375,00 para apenas um membro de cada família.

As novas regras para ter acesso ao benefício eram:

- Benefício restrito as 45,6 milhões de famílias/pessoas que tem o Cadastro Único ou fazem parte do programa Bolsa Família;
- Renda por pessoa da família não pode ser maior que meio salário mínimo;
- Renda total familiar não pode ultrapassar a três salários mínimos;
- Somente uma pessoa da família poderá receber o benefício;
- Ter mais de 18 anos;
- Não ter emprego formal;
- Não ter tido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2019 ou rendimentos isentos acima de R\$ 40 mil naquele ano;
- Não ser dono de bens de valor superior a R\$ 300 mil no fim de 2019;
- Não ser residentes médicos, multiprofissionais, beneficiários de bolsas de estudo, estagiários e similares;
- Não ter recebido qualquer tipo de benefício previdenciário, assistencial ou trabalhista ou de transferência de renda do governo em 2020, com exceção do Bolsa Família abono salarial. (MP 1.039)

No dia 06 de julho de 2021, foi publicado um decreto que prorroga o auxílio emergencial por mais três meses, contemplando os meses de agosto, setembro e outubro, quando foi finalizado. O decreto manteve as regras e valores implementados no ano de 2021 e não permitiu novos inscritos, embora a crise sanitária, econômica e da saúde não tivesse parado de crescer.

A falta de estabilidade e eficiência na implementação do auxílio emergencial foi outro grande problema durante a pandemia. Os cadastramentos foram realizados de maneira muito burocrática, o que dificultou o acesso de muita gente que tinha urgência no recebimento do recurso, além de muitas dessas pessoas ficarem de fora do programa por questões de acessibilidade à plataforma.

Devido às políticas de combate à fome implementadas desde 2003 pelo governo Lula, em 2014 o Brasil deixou o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), o relatório mostra que a fome no Brasil alcançou percentual abaixo de 5% de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza (Ministério da Cidadania, 2014) ou seja, com o país abaixo de 5% de pessoas em condições de insegurança alimentar. Para que o Brasil alcançasse essa marca, houve um trabalho árduo de investimento públicos em programas de combate à fome durante anos. No entanto, em 2018, ao final do governo de Michel Temer, a taxa de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza já era de 6,5% (Brasil de Fato 2020), neste governo tivemos o início dos desmontes das políticas de combate à fome que vinham tendo resultados muito positivos para o país.

Esse desmonte foi intensificado pelo atual governo, representado por Bolsonaro, que assim que assumiu o cargo de presidente da república extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) através da medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, órgão criado para debater e apresentar diretrizes para garantir a segurança alimentar no País.

O CONSEA é a garantia da participação da sociedade civil em sua diversidade, incluindo a população indígena e povos tradicionais no controle social, formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com sua extinção todas as políticas de combate a fome são impactadas negativamente, pois rompe com o acesso da população não só na criação de políticas públicas como na fiscalização do orçamento público.

Importante aqui também ressaltar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, não tem como único objetivo o combate à fome, mas também a garantia de uma alimentação saudável e acessível para a população.

O aumento da fome no país já vinha acontecendo antes mesmo da pandemia chegar ao Brasil, mas se intensifica como um dos efeitos mais perversos da política neoliberal de Bolsonaro, que com a chegada da pandemia, a falta de investimento nos programas de combate a fome somada ao desemprego e ao aumento do preço dos alimentos faz com que o Brasil retome ao Mapa da Fome no ano de 2021, de acordo com noticiários de jornais, como Correio Braziliense, postado em 07 de julho de 2022.

Também como mostra a Pesquisa da Rede Penssan aponta que ao finalizar o ano de 2021 o Brasil contava com 33 milhões de pessoas em situação de fome, um número maior do que o que tínhamos há 20 anos, quando se começou a implementar o combate à fome no país (II VIGISAN, 2022).

Uma prova desse desmonte é a mudança do Programa Bolsa Família, para o Programa Auxílio Brasil. Após 18 anos de existência, em 2021 o Bolsa Família foi alterado para o Auxílio Brasil, através da Medida Provisória nº 1.061, criada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro.

Essa mudança trouxe muitas incertezas e insegurança para os beneficiários do programa e, além disso, trouxe também mudanças de critérios para o recebimento do benefício, o que facilitou o acesso de algumas pessoas, em uma ação com objetivo de ganhar votos para as eleições que se aproximam.

O Auxílio Brasil beneficiará famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, como o Bolsa Família, no entanto, há uma mudança de valores: para uma família se encaixar na situação de extrema pobreza precisará ter renda por pessoa mensal no valor de até R\$105,00 enquanto que no Bolsa Família era R\$ 89,00 reais. Já para se encaixar na situação de pobreza, as famílias precisarão comprovar que a renda mensal por pessoa seja entre R \$105,01 e R\$210,00, enquanto que no Bolsa Família era R\$177,00.

A pretensão do Auxílio Brasil é beneficiar 17 milhões de pessoas, porém, ainda há muitas incertezas sobre o tempo de vida do programa terá, o que é muito grave, uma vez que extinguiu um programa estabelecido e consolidado como o Bolsa Família que dava garantia e segurança a milhares de famílias que dependem desse recurso para manter o mínimo.

De acordo com análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA 2019), nos primeiros 15 anos, o Bolsa Família reduziu a pobreza e a desigualdade no país. O programa utiliza uma porcentagem muito pequena do Produto Interno Bruto – PIB, 0,5%. É uma política barata aos cofres públicos e trouxe bastante resultado, reduziu a pobreza em 15% e diminuiu em 25% a quantidade de pessoas que vivem

em extrema vulnerabilidade. Outro dado importante revelado na pesquisa é que com o uso desse recurso, a desigualdade diminuiu em 10% para a população brasileira.

O programa iniciou com 6 milhões de pessoas atendidas em 2004 e foi tomando forma ao longo dos anos, chegando a atender 14 milhões de famílias em 2021.

É importante ressaltarmos que os programas de transferência de renda produzem atividade econômica, geram empregos e remuneram comércios. Logo, não tem só o benefício de possibilitar o desenvolvimento de famílias como também de movimentar a economia do país.

No próximo capítulo vamos apresentar a pesquisa feita com as famílias atendidas pela Casa de Aya, na Villa Kennedy, e analisar como a fome se manifesta em condições objetivas na vida da população que vive na cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

FOME E COVID-19 AUSÊNCIA DO ESTADO E RESPOSTA COMUNITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NA CASA DE AYA NA VILA KENNEDY

A Casa de Aya é uma organização comunitária, um espaço aberto para encontros entre moradores e artistas para a interação e criação cultural, está sediada na Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A Instituição foi fundada em 2013 por um grupo de amigas, moradoras e ex-moradoras da comunidade, que resolveram usar o espaço da casa de uma das integrantes, que estava fechada, para promover capacitações, interações e criações entre moradores da comunidade.

A estrutura da Casa de Aya sempre foi custeada através de editais públicos, que possibilitaram a realização de oficinas de reciclagem, audiovisual, capoeira, leitura, artes plásticas, música e nutrição. Sempre no contra turno escolar das crianças, adolescentes e jovens. Em 2016, ano em que Marcelo Crivella foi eleito como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, os editais públicos foram ficando cada vez mais escassos, o que inviabilizou a continuação do trabalho realizado pela Casa, que precisou ser fechada no ano de 2017.

A proposta da Casa de Aya nunca foi realizar doações e apoio financeiro às famílias atendidas, a ideia sempre foi promover cultura, troca e entretenimento. Porém, com a chegada da pandemia da Covid-19 em 2020 e todas as mazelas intensificadas com ela, as pessoas começaram a procurar as lideranças da Casa de Aya para pedir ajuda, pois não estavam conseguindo manter a alimentação mínima de suas famílias. Entendendo essa necessidade urgente, a Casa resolveu unir forças com os movimentos que já vinham acontecendo em outros territórios, usando sua rede de contatos e apoio para tentar conseguir atender o maior número de pessoas que estavam precisando.

Esse movimento feito pela Casa de Aya foi observado em todo o território do Rio de Janeiro, de fato a própria Fiocruz lançou editais para organizações comunitárias que se propusessem a realizar atividades tanto de apoio sanitário às

famílias com distribuição de Kits de Higiene e proteção individual, quanto ações na linha do apoio à alimentação, e várias outras instituições e se mobilizaram para apoiar a emergência sanitária e alimentar que assolava o país.

De forma que em 2020 a Casa de Aya distribuiu cestas básicas durante cinco meses para 150 famílias. O movimento durou de abril a agosto, depois houve uma queda de doações e o movimento precisou parar. Em 2021 a Casa precisou retomar com o apoio em doações, pois as necessidades das famílias só aumentavam com o fim do auxílio emergencial e o desemprego crescente, esses fatores, dentre outros, impactaram também na baixa arrecadação de recursos, precisando assim que o número de famílias atendidas fosse reduzido para 130 por mês, restando ainda 55 famílias no banco de espera, que aguardavam uma possibilidade de receberem os alimentos. Para esta etapa, a Casa contou com o apoio do Instituto Phi - Filantropia inteligente, que doou 100 cestas básicas mensais por cinco meses. É importante registrar que diariamente a Casa de Aya recebia novas famílias solicitando atendimento, mas foi preciso parar o cadastramento devido o número alto de pessoas na fila de espera.

As ações de distribuição de cestas básicas da Casa de Aya em 2021, aconteceram do mês de abril ao mês de agosto, no final deste período, no último dia de entrega, que só aconteceu no dia 04 de setembro devido a atrasos no repasse das cestas básicas do mês de agosto pelo Instituto Phi. Durante a distribuição de 2021 aplicamos um questionário socioeconômico, com o objetivo de conhecer o perfil das famílias atendidas e apreender sua situação em relação à questão da fome. Os dados coletados colaboraram para o entendimento do cenário real em que as pessoas vivem nas periferias do Rio de Janeiro, esse conhecimento, somado aos dados da realidade que buscamos nas agências de pesquisa são importantes para potencializarem a busca por direitos e por políticas públicas nesses territórios. O universo da coleta de dados, portanto, foram 130 famílias atendidas pela Casa de Aya e que estavam recebendo a cesta em setembro de 2021, destas, 118 responderam ao questionário, o que entendemos ser um número relevante e positivo, pois corresponde a 90,7% das famílias atendidas.

O questionário consistia em um formulário de *Google Forms*, com perguntas que se relacionavam a) condições de moradia e de vida na Vila Kennedy; b) dados sobre o perfil dos usuários e usuárias; c) situação em relação a alimentação e covid-19. Foi criado um link que foi enviado ao grupo de WhatsApp com todos os beneficiários da Casa de Aya. Os beneficiários que encontraram dificuldade em usar a ferramenta foram atendidos pessoalmente e individualmente no último dia de entrega de cestas básicas. No questionário socioeconômico havia questões sobre empregabilidade, escolaridade, acesso a serviços, condições de moradia e alimentação.

Ainda que muitas questões estivessem voltadas para a pessoa que respondia o questionário, é importante ressaltar que esse é o perfil de quem busca o auxílio para a alimentação da família, e esse registro nos pareceu relevante. A proposta inicial era que todas as pessoas respondessem ao questionário durante a entrega das cestas, de forma que a pesquisadora pudesse fazer o lançamento das respostas no link do google doc e facilitar o acesso, também tirar dúvidas, quando fossem o caso. Porém para garantir um maior acesso, parte dos questionários foram respondidos diretamente pelas usuárias em suas casas, por meio de envio no grupo de WhatsApp criado pela Casa de Aya com as famílias atendidas.

Todas as pessoas que responderam ao questionário receberam a informação de que as respostas seriam usadas para um trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que teriam suas identidades preservadas e que a pesquisa ficaria disponível para Casa de Aya. Todas as pessoas que concordaram com a proposta, assinaram uma declaração de livre consentimento e ficaram com uma cópia dela, a declaração de livre consentimento está no anexo 1.

Antes de apresentarmos o resultado do questionário, é importante registrar um pouco da história da Vila Kennedy, pois a história também é reveladora da condição de vida da população que vive nessa localidade da cidade do Rio de Janeiro.

3.1 Vila Kennedy: um conjunto habitacional

A Casa de Aya fica localizada na comunidade da Vila Kennedy, bairro criado em 1964, pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB), em uma área rural muito afastada do centro da cidade, esse bairro foi planejado para receber a população removida de várias localidades do Rio de Janeiro, são elas a) da Favela do Esqueleto, onde, posteriormente, viria a ser a Universidade do Estado da Guanabara – atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) –, no bairro do Maracanã, b) do Morro do Pasmado, em Botafogo, c) da favela da Praia do Pinto, no Leblon/Lagoa, e d) da favela Maria Angu, na Penha/Ramos. O bairro foi construído com recursos oriundos do Programa Aliança para o Progresso (1964/1965), criado pelo então presidente americano John Kennedy, que originou também o nome da comunidade.

Abaixo, na foto 04, retirada do Acervo Antigo do Jornal O Globo em 1965, quando a Vila Kennedy foi construída. Podemos observar que as casas eram planejadas, todas com o mesmo modelo, construídas em um terreno plano. Diferente de outras favelas e comunidades do Rio de Janeiro que são construídas em estruturas montanhosas, as montanhas na Vila Kennedy não eram ocupadas, eram cobertas por muito verde e matas fechadas. Hoje, em 2022, essas montanhas também estão sendo ocupadas por construções ilegais, normalmente vendidas pelo comércio clandestino, sem estrutura e sem nenhuma garantia, com um crescimento acelerado e desordenado. O que fatalmente vem dificultar ainda mais o acesso a políticas públicas, visto que essas residências não são mapeadas e não existem dados do IBGE sobre elas.

Figura 4 Fotografia aérea da Vila Kennedy planejada no modelo entregue aos primeiros moradores



Fonte: Acervo Vila Kennedy - <https://www.facebook.com/acervovk/photos/2264565643640015>

Na foto 05, retirada do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, temos crianças ao lado da réplica da Estátua da Liberdade que fica na Praça Miami, presenteada pelo governo americano à Vila Kennedy, fruto do Programa Aliança para o Progresso (1964/1965), criado pelo então presidente americano John Kennedy.

Figura 5 Crianças jogando bola em frente à Estátua da Liberdade na Praça Miami



Fonte: Acervo Vila Kennedy - <https://www.facebook.com/acervovk/photos/4707765872653301>

A população removida que estava acostumada com fácil acesso ao Centro do Rio de Janeiro, passou a enfrentar horas para chegar ao seu local de trabalho, com muita dificuldade de transporte público, que segue até os dias atuais. Foi prometido a essa população removida, pelo Governo do Estado da Guanabara, então chefiado por Carlos Lacerda (1960–65), qualidade de vida e acesso a serviços, mas ainda em 2022 essa promessa não foi cumprida, ao contrário, a comunidade foi crescendo de maneira desordenada, muitos serviços estão sob domínio do tráfico e a população cada vez mais refém e sem acesso a seus direitos.

A remoção é uma questão bem complexa porque não mexe só com a estrutura física e de moradia das pessoas, mas sim com as questões afetivas e de identidade também, o lugar onde vivemos tem a ver com a nossa construção de ser e a remoção mexe nisso de maneira muito brusca, além disso, como citamos acima, colocam sempre as pessoas em lugares afastados, de difícil acesso e sem serviços. As casas planejadas para onde essas pessoas foram direcionadas eram de apenas um cômodo comum, uma cozinha e um banheiro, ou seja, a casa continha três cômodos, não importava se para uma pessoa sozinha ou para uma família de dez pessoas, por exemplo. Não houve sequer um planejamento de mínimo conforto para essas pessoas que já estavam sendo arrancadas do lugar onde viviam.

Na foto 06, retirada do Acervo Vila Kennedy, página administrada por Alex Belchior, historiador, morador da Vila Kennedy que tem diversas pesquisas voltadas para a preservação da memória da comunidade e fundador do Centro de Memória da Vila Kennedy, vemos uma nota do Jornal do Brasil que traz a perspectiva dos moradores do Esqueleto com a notícia de que iriam morar na Vila Kennedy. Das 100 pessoas entrevistadas 69 responderam que não tinham desejo de mudarem e apresentaram questões que até hoje são preocupantes na comunidade como a falta de acesso a bens e serviços. As crianças demonstram objetivamente a ruptura de laços e raízes que criaram na Favela do Esqueleto, onde já tinham convívio e laços importantes, entendiam que haveria uma ruptura brusca e demonstravam preocupação em não ter a mesma liberdade que tinham ali. Por outro lado, 31 pessoas acreditaram que seria uma possibilidade de viver melhor, em condições melhores do que as de onde viviam e traziam a questão de ser proprietário de um imóvel, ter uma mínima segurança que antes da remoção não tinham.

Figura 6 Nota do Jornal do Brasil sobre a resistência dos moradores da Favela do Esqueleto com a remoção para a Vila Kennedy



Fonte: Acervo de Memória Vila Kennedy -

<https://www.facebook.com/acervovk/photos/2676672445762664>

A ideia da remoção para a Vila Kennedy foi pautada no discurso de progresso e liberdade do Programa Aliança para o Progresso, pelo qual o bairro foi construído. No entanto, não foi essa realidade que na matéria acima, na ocasião houve uma votação que seria permitida apenas pelos adultos, mas que não tinha a intenção de mudar a decisão de remoção, mesmo que a maioria das pessoas não tivessem o desejo de permanecerem em seus territórios, a votação foi realizada apenas a título de pesquisa.

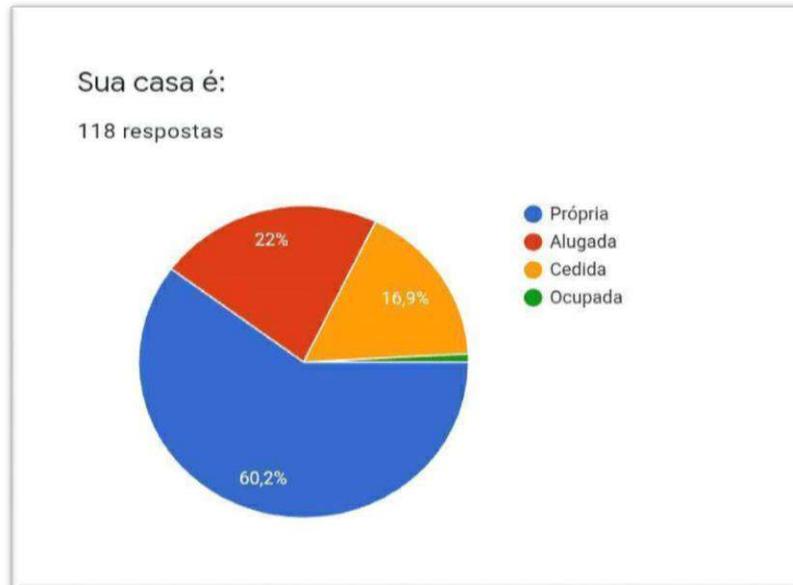
A matéria mostra que como muitas famílias já supunham, os moradores não encontraram a liberdade prometida, tão pouco o progresso na Vila Kennedy, tiveram que reinventar suas rotinas, sem acesso às possibilidades de inserção social e oportunidades de emprego que estão concentradas a 40 km da Vila Kennedy no centro da cidade do Rio de Janeiro.

3.2 O Cenário da fome na cidade do Rio de Janeiro a partir de dados colhidos com famílias da Vila Kennedy

Nos dados colhidos através do questionário socioeconômico aplicado às famílias atendidas pela Casa de Aya para esta pesquisa, foram colhidas informações importantes que revelam a realidade atual da comunidade e sua situação ainda mais precária durante a pandemia da Covid-19. Esses dados trazem a realidade no contexto de setembro de 2021 e tem a intenção de trazer um panorama das condições das famílias periféricas a partir da Vila Kennedy. Vamos agrupar as questões em três eixos: a) Condições de moradia e de vida na Vila Kennedy; b) dados sobre o perfil dos usuários e usuárias; c) situação em relação a alimentação e covid-19.

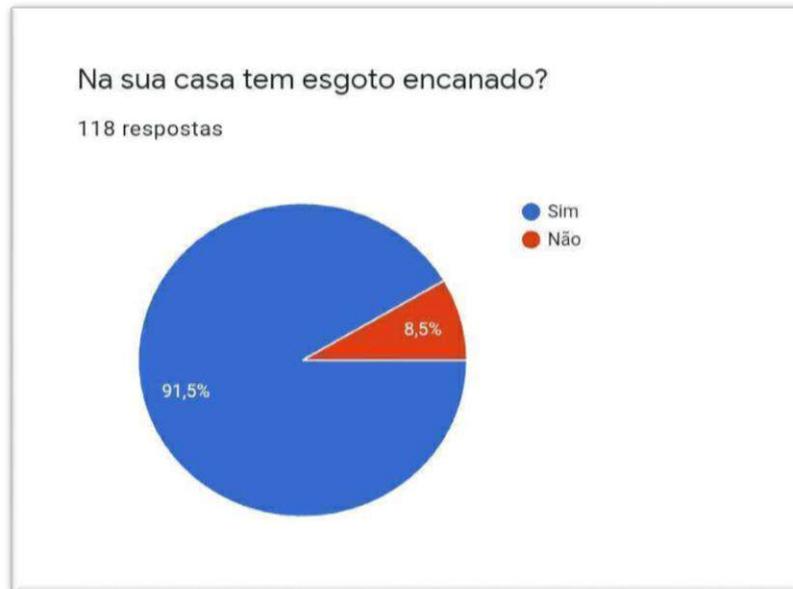
3.2.1 CONDIÇÕES DE MORADIA E DE VIDA NA VILA KENNEDY

Começamos pelo acesso à moradia. O gráfico 01 que apresentamos abaixo aponta que 60,2% das pessoas moram em casas próprias, 22% em casas alugadas, 16,9% em casas cedidas e 0,9% em casas ocupadas. Esse número grande de casas próprias tem uma relação direta com o fato de a Vila Kennedy ser um bairro planejado com a proposta de urbanização estabelecida previamente e as famílias removidas para casas com titularidade. As famílias removidas “tiveram direito” a uma casa própria, no entanto essa casa não garante qualidade de vida, como falamos acima, as casas continham apenas 03 cômodos para abrigar muitas pessoas, que estão localizadas muito longe do centro. Desde aquela época falta acesso a transportes e serviços, como em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 1. Condições de moradia na Vila Kennedy

Fonte: Questionário socioeconômico

No Gráfico 02 vemos que 91,5% das pessoas entrevistadas têm acesso a esgoto encanado. Como a Vila Kennedy foi um bairro planejado, as casas já foram construídas com esgoto encanado, no entanto hoje essa não é a realidade de todo território, como falamos no início do capítulo, houve um crescimento muito grande de moradias, que não fazem parte do Programa Aliança para o Progresso. Os morros no entorno da comunidade foram aos poucos sendo ocupados de forma desordenada, novos conjuntos foram surgindo, as casas que foram entregues nos anos 1960, por serem muito pequenas, foram tomando outra proporção, cada uma à sua maneira. Esse crescimento não teve um acompanhamento do poder público e várias regiões da Vila Kennedy hoje não tem acesso a essa rede de esgoto e muitas famílias infelizmente vivem com esgoto a céu aberto. Das 118 pessoas que responderam ao questionário, 8,5% correspondem às pessoas que não têm acesso à rede de esgoto. De todo, esse é um dado relevante para a condição de saúde da população, especialmente no que se refere à alimentação.

Gráfico 2 Condições de saneamento básico na Vila Kennedy

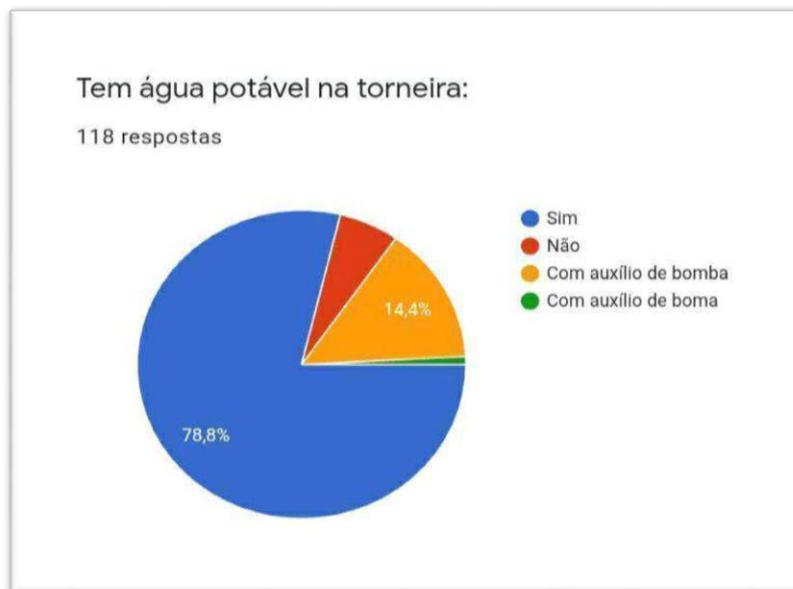
Fonte: Questionário socioeconômico

No Gráfico 03 trouxemos as condições da água potável, nele se observa que 93,2% das pessoas responderam que têm água “potável” na torneira, 14,4% precisam do auxílio de bomba para que a água chegue até a casa e 5,9% não possuem água potável. Neste dado é interessante analisar que na aplicação do questionário muitas pessoas respondiam rapidamente que tinham água na torneira antes de chegar a opção “com auxílio de bomba” e em seguida, ao perceberem outra opção de resposta, alteravam suas respostas dizendo que precisavam da bomba. Tendo em vista que muitas pessoas responderam ao questionário via WhatsApp, pode ser que muitas pessoas não tenham tido a interpretação correta da pergunta e respondido que a água potável chega na torneira. Vale analisar que se o cidadão precisa do auxílio de uma bomba de água, que consome energia que ele paga e que o maquinário é particular, essa pessoa acaba por não ter acesso ao direito e sim precisa de investimento próprio

para que essa água chegue. Nos casos em que a pessoa não tem recurso financeiro para esse custeamento, ela fica desprotegida deste serviço.

No entanto, é relevante lembrar que o fato de o bairro ser planejado, facilitou o processo desses direitos básicos existirem em grande parte da comunidade. Mas que além do crescimento desordenado desassistido pelo poder público, no início de 2020, a população do Rio de Janeiro começou a perceber um forte cheiro, coloração turva e um gosto desagradável na água fornecida pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Muitas reclamações começaram a aparecer nas mídias e nas redes sociais, até que foi descoberto que havia geosmina na água que estava no Rio Guandu, em meio a pandemia, se iniciou também uma das piores crises hídricas do Estado. As pessoas passaram a sair de casa para comprar água, que era difícil de encontrar e estavam com preços exorbitantes. Outras famílias não tinham condições de comprá-las e continuaram consumindo a água contaminada que aos poucos foi diminuindo a coloração e o odor, mas que voltou a ficar forte em 2021, completando quase dois anos de crise hídrica.

Gráfico 3 Condições da água na Vila Kennedy

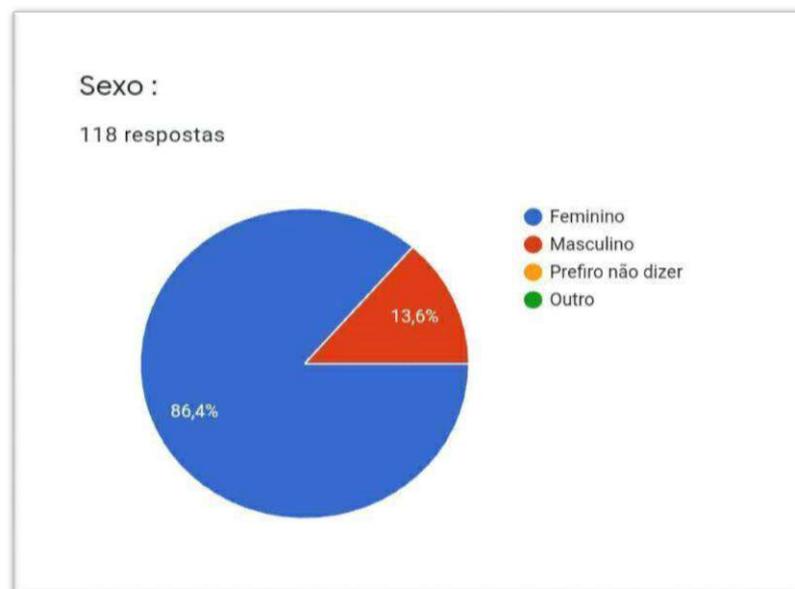


Fonte: Questionário socioeconômico

3.2.2 DADOS SOBRE O PERFIL DE USUÁRIOS E USUÁRIAS

Ao considerarmos o componente de gênero notamos, como pode ser visto no gráfico 04, que das pessoas que responderam ao questionário, 86,4% são do sexo feminino e que 13,6% são do sexo masculino, as opções de *outro* e *prefiro não dizer* não tiveram respostas. Esse dado revela algo muito comum na política de assistência social, que é a presença feminina em ações da política, especialmente, nas que são voltadas para a fome. E revela que a fome no Brasil tem maior incidência em lares chefiados por mulheres e corrobora os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN, 2022) que apontam que 63,0% dos domicílios chefiados por mulheres estão em algum nível de insegurança alimentar e destes 18,8% em situação de fome, demonstrando a face feminina da pobreza e da fome.

Gráfico 4 Sexo das beneficiárias da Casa de Aya



Fonte: Questionário socioeconômico

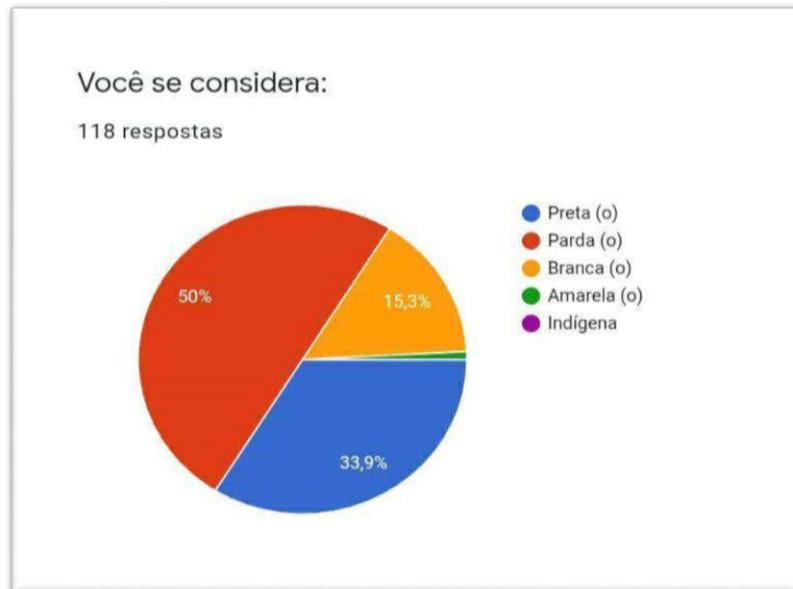
O Gráfico 05 traz os dados de cor e raça das famílias atendidas pela Casa de Aya, nele se vê que 50% das que responderam ao questionário se autodeclaram

pardas, 33,9% se autodeclararam pretas, 13,3% se autodeclararam brancas, 0,8% se autodeclararam amarelas e ninguém se autodeclarou indígena. Se somarmos o quantitativo de pessoas pardas e negras, como é o entendimento atual da leitura desse dado, temos aí um quantitativo de 83,9% da população negra entre os que são assistidos pela Casa de Aya. Em um país colonizado e que cresceu em cima do sangue negro escravizado devemos considerar esse dado relevante para entendermos a consequência da história e quem são as pessoas que mais sofrem com as expressões da questão social no Brasil.

É importante destacar a brutalidade da história da escravização no Brasil e como ao Estado cabia a responsabilidade pela manutenção da ordem escravista, usada como medida de controle repressivo da população negra. Em 1888, a Lei Áurea foi promulgada, garantindo a liberdade formal de todos os escravizados e, como principal consequência dessa medida, houve um contingente expressivo de pessoas que ganhavam a liberdade, porém, sem nenhuma retratação pela escravização, sem terras, sem acesso a nenhum direito e condenadas a viver das piores formas possíveis.

Portanto, esse número expressivo de pessoas negras em situação de vulnerabilidade social não é por acaso, tem um contexto histórico que os condicionou a serem violentados por toda essa desigualdade social.

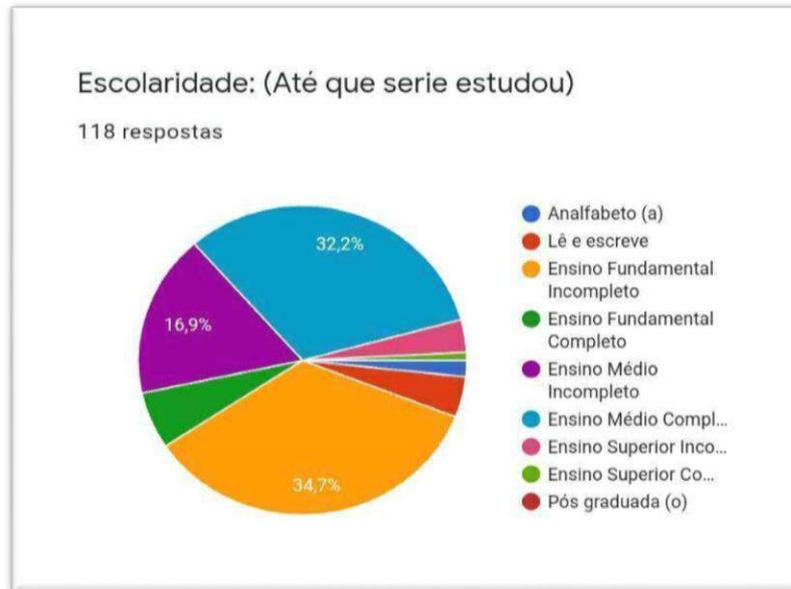
Gráfico 5 Autodeclaração de cor/raça das beneficiárias da Casa de Aya



Fonte: Questionário socioeconômico

A escolaridade é um fator importante para analisarmos as pessoas que hoje estão em situação de insegurança alimentar ou fome, no Gráfico 06 vemos que a maioria das pessoas atendidas pela Casa de Aya durante a pandemia da Covid-19, são pessoas com ensino fundamental incompleto, que correspondem a 34,7%, em seguida 32,2% representado pelas pessoas que têm ensino médio completo, 16,9% com ensino médio incompleto, 5,9% ensino fundamental completo 3,4% ensino superior incompleto, 0,8% ensino superior completo, 4,2% lê e escreve e 1,7% são analfabetos.

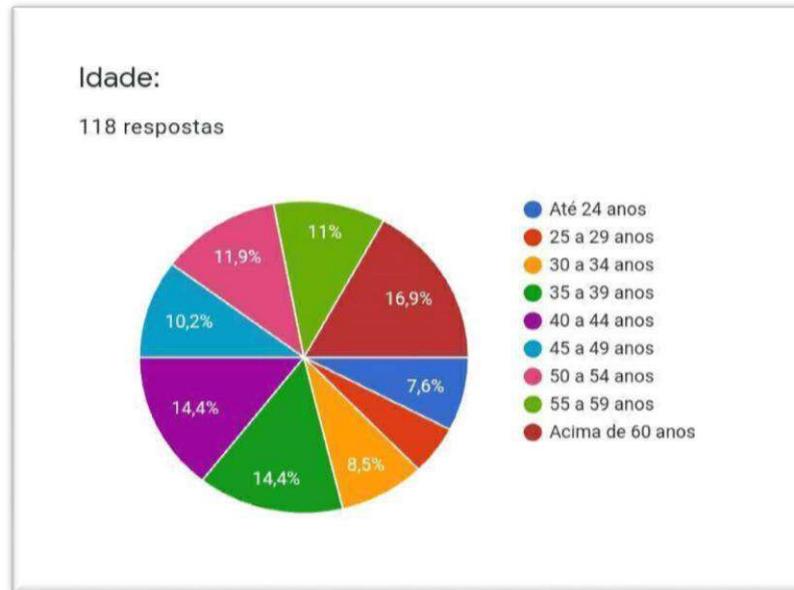
Para que as pessoas consigam manter sua alimentação precisam ter alguma fonte de renda e as pessoas com baixa escolaridade estão mais condicionadas ao desemprego e ao trabalho informal, que no período da pandemia foi o mais atingido, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Economia/FGV (2019).

Gráfico 6 Escolaridade das beneficiárias da Casa de Aya

Fonte: Questionário socioeconômico

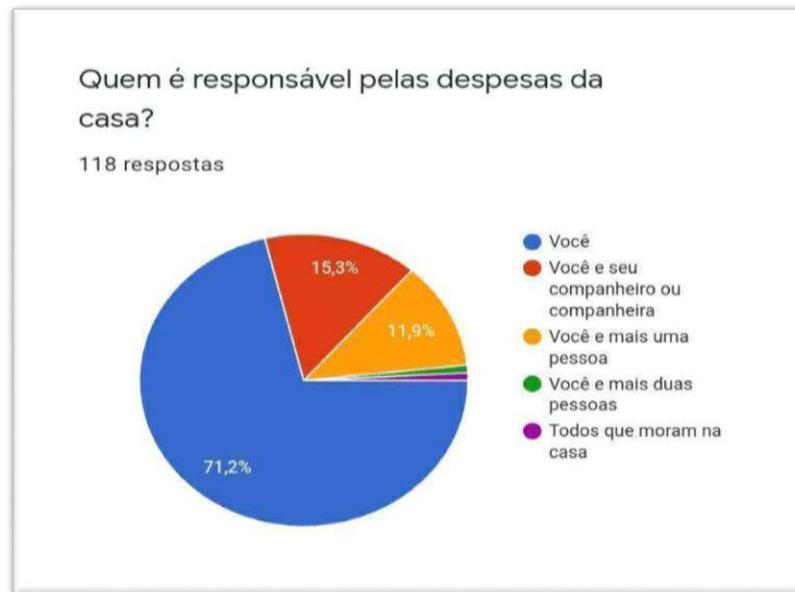
No Gráfico 07 os dados são referentes a idade das beneficiárias da Casa de Aya, nele podemos analisar que a maioria das pessoas atendidas têm acima de 60 anos, correspondendo a 16,9% das pessoas, em seguidas 14,4% com idade entre 40 e 44 anos e 35 e 39 anos, 11,9% pessoas com idade entre 50 e 54 anos, 11% com idade entre 55 e 59 anos, 10,2% com idade entre 45 e 49 anos, 8,5% com idade entre 30 e 34 anos, 7,6% com idade até 24 anos e 5,1 com idade entre 25 e 29 anos. As idades são bem diversas, mas o que chama atenção é que a maioria das pessoas tem mais de 60 anos de idade, ou seja, pessoas idosas, que se estão sendo atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), este não está sendo suficiente para que essas pessoas possam gozar de uma velhice em segurança e bem-estar.

Segundo informações da OMS no documento Envelhecimento Ativo : Uma Política de Saúde do Ministério da Saúde (2005), a desnutrição nos idosos pode ser causada por diversas razões , tais como acesso limitado a alimentos, escolhas erradas de alimentos que normalmente são ricos em gorduras, falta de informação nutricional, perda de dentes, uso de medicamento e dificuldades socioeconômicas, ou seja, os idosos que estão sem condições de manterem a alimentação mínima estão também sendo privados de ter uma velhice ativa e saudável.

Gráfico 7 Idade das beneficiárias da Casa de Aya

Fonte: Questionário socioeconômico

O Gráfico 08 aponta que 71,2% das casas é chefiada pela pessoa que respondeu, 15,3% por mulheres ou homens e seus companheiros (a), 11,9% por duas pessoas da casa, 0,8% por três pessoas da casa e 0,8% por todas as pessoas da casa. Das 118 pessoas que responderam o formulário 106 são mulheres e apenas 14 são homens, assim podemos considerar que a maioria das pessoas chefes de família das famílias atendidas pela Casa de Aya são mulheres. Esse dado corrobora com o Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) que aponta que a fome tem gênero e que a insegurança alimentar está em 6 de cada 10 domicílios liderados por mulheres.

Gráfico 8 Responsabilidade financeira

Fonte: Questionário Socioeconômico

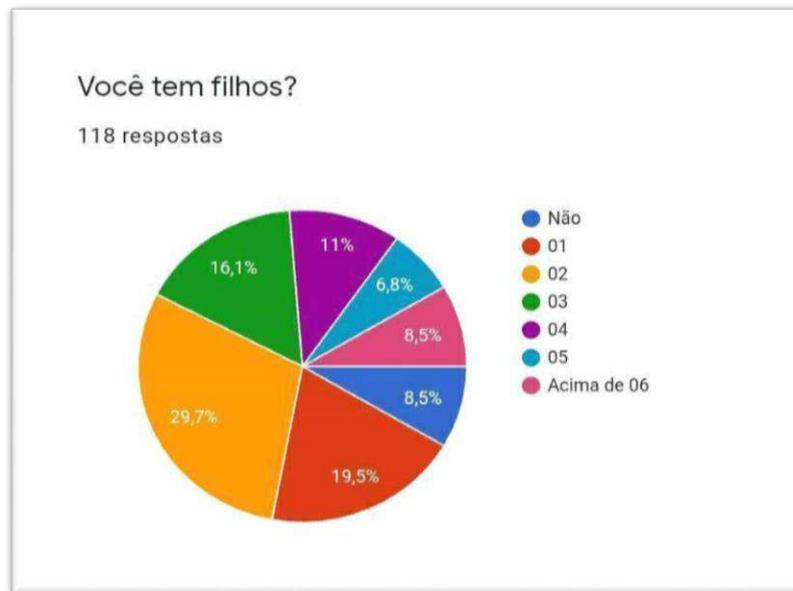
Como podemos observar nos gráficos 4,5,6,7 e 8, temos um número significativo de mulheres chefes de família, em sua maioria negras, com idade acima de 60 anos e que estudaram apenas até o ensino médio completo. Este dado traz várias reflexões sobre a realidade em que as mulheres estão postas na sociedade, ainda com salários inferiores aos dos homens, por conta de um machismo estrutural que vem sendo combatido a passos lentos através da luta dos movimentos feministas. Esse machismo se reflete no corpo da mulher negra, que ainda sofre mais violência e em níveis ainda mais pesados, desde a estrutura escravocrata, na qual elas eram estupradas e eram propriedade dos homens brancos, com suas oportunidades negadas desde o berço, quando nem possibilidade de estudar tinham, por isso não há como falar da luta feminista sem fazer o recorte de raça e classe social, uma vez que há um nível de agressão muito maior às mulheres que pertencem a esse grupo.

O feminismo negro é muito importante porque, ao contrário do que as pessoas pensam, não é um movimento sectário. Nomear essas opressões é justamente combater uma divisão que já está posta". (DJAMILA, 2021, S/P)

A exemplo da fala de Djamila no programa Roda Viva, o movimento feminista negro vem pontuando, assim como o movimento negro, a importância de darmos nomes as opressões que são postas na sociedade, para que se derrube uma estrutural construída pela elite na estrutura social e econômica do país, de que não há diferenças de gênero e raça em um país com número absurdo de violências sofridas pelas mulheres negras, expostas a fome, desemprego e falta de acesso à educação gratuita e de qualidade, que ficam evidentes com dados representativos como os colhidos pela pesquisa na Casa de Aya.

Vale aqui também refletirmos sobre o uso da força de trabalho das mulheres no sistema capitalista, na manutenção indireta do trabalho do homem, que em uma sociedade construída no patriarcado, a mulher é ensinada e condicionada a cuidar das pessoas, da casa, da comida, dessa forma trabalhando indiretamente. Por trás da maioria dos trabalhadores há uma mulher que cuida para que tudo saia como planejado. Mesmo quando essa mulher ocupa o mercado de trabalho direto, acaba por ter duplas, triplas, quádruplas jornadas de trabalho.

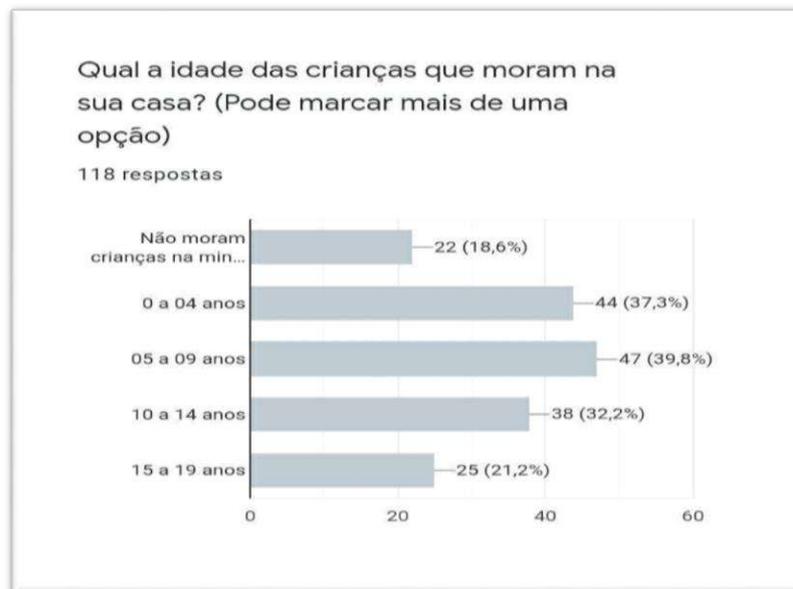
No Gráfico 09, a pesquisa aponta que das 118 pessoas que responderam o questionário e são atendidas pela Casa de Aya, 29,7% responderam que tem dois filhos, 19,5% responderam que tem um filho, 16,1% responderam que tem três filhos, 11% responderam que tem quatro filhos, 8,5% responderam que têm acima de seis filhos, 6,8% responderam que tem cinco filhos e apenas 8,5% responderam que não tem filhos, o que significa dizer que 91,5% das famílias atendidas têm filhos, o que torna as casas mais populosas, com mais pessoas passando pela situação de fome ou insegurança alimentar, e agrava o quadro do entendimento da fome, já que é um consenso na literatura sobre o tema que a fome é mais grave em crianças, sabe-se que um adulto que passa fome e volta a se alimentar é capaz de retornar à sua capacidade cognitiva anterior, o mesmo não acontece com crianças, já que ainda estão em formação. Daí reforçamos ainda mais a importância de uma alimentação suficiente e adequada, visto que as crianças em processo de formação precisam ter uma alimentação completa para que possam se desenvolver plenamente.

Gráfico 9 Famílias com filhos

Fonte: Questionário Socioeconômico

As crianças estão em processo de formação e a alimentação de qualidade é muito importante para esse processo. O Gráfico 10 mostra que apenas 18,6% das famílias não possuem crianças em casa, e que a maioria das casas tem crianças de 05 a 09 anos, representadas por 39,8%, em seguida crianças com idade entre 0 e 04 anos, 32,2% possuem crianças entre 10 e 14 anos e 21,2% possuem adolescentes entre 15 e 19 anos. De acordo com os dados podemos analisar que há famílias com mais de uma criança na mesma casa, ou seja, com despesas e necessidades maiores.

Gráfico 10 Quantidade de crianças em cada casa



Fonte: Questionário Socioeconômico

No Gráfico 11 vemos que a maioria das casas são compostas por quatro pessoas, representadas por 28,8%, em seguida por três pessoas com 24,6%, casas com cinco pessoas são representadas por 19,5%, por seis pessoas por 12,7%, por duas pessoas 8,5% e 5,9% casas com mais de seis pessoas morando. Se a gente for pensar no modelo em que as casas da Vila Kennedy foram entregues a seus primeiros moradores, quase 100% das famílias não conseguiriam seguir as orientações da OMS de distanciamento social. Pensando em uma casa onde quatro ou mais pessoas moram, não é possível manter a alimentação mínima com apenas uma pessoa recebendo o auxílio emergencial. Sim, mas muitas dessas pessoas são crianças, você mesma já trouxe esse dado, então precisa pensar sobre isso. Talvez esse argumento seja mais fácil com o dado dos chefes de família.

Gráfico 11 Quantidade de pessoas em cada casa

Fonte: Questionário Socioeconômico

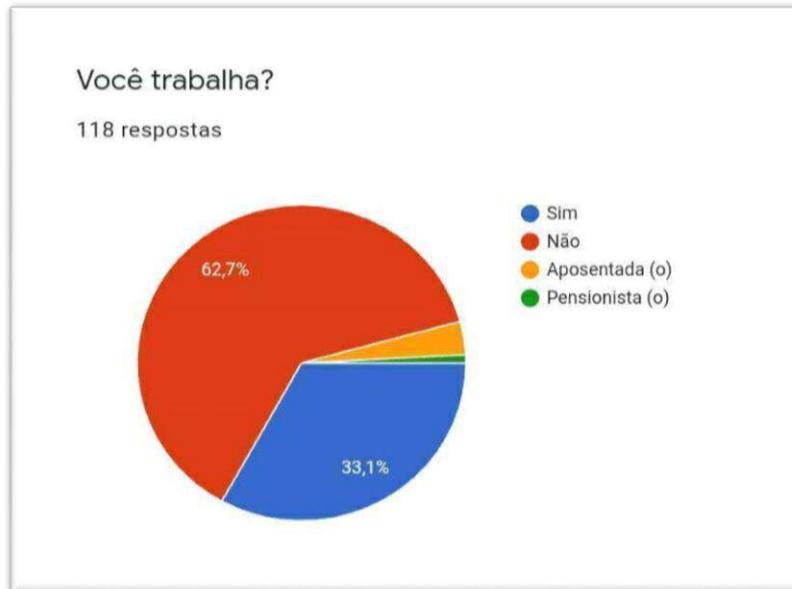
O Gráfico 12 traz a questão das pessoas com deficiência que, normalmente, têm condições específicas de cuidado e dependem não só de um espaço físico compatível como também de uma alimentação segura. Os dados mostram que 76,3% das pessoas entrevistadas não têm pessoas com deficiência em casa, ao passo que 23,7% têm pessoas com deficiência. A pesquisa não aprofunda o dado específico de quais são essas deficiências, nem se essas pessoas são assistidas pelo governo, mas é importante pensarmos que 23,7% é um número expressivo para as condições de dignidade em que essas famílias estão postas.

Gráfico 12 Casas com pessoas com deficiência

Fonte: Questionário Socioeconômico

Os dados do gráfico 13 mostram que 62,7% das pessoas atendidas pela Casa de Aya estão desempregadas, ao passo que 33,1% trabalham, 3,4% são aposentados e 0,8% são pensionistas. Esse cenário é endossado pelos dados que trouxemos no Capítulo II sobre o desmonte dos direitos trabalhistas, crescimento da informalidade no trabalho e do desemprego que se intensificou com a chegada da pandemia. E mostram como mesmo o acesso ao trabalho não garante condições de acesso à alimentação atualmente no Brasil.

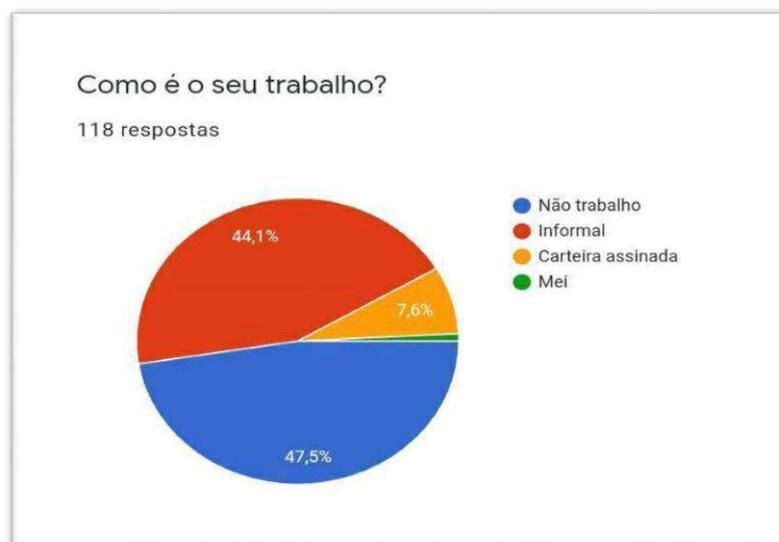
Gráfico 13 Dados de trabalho



Fonte: Questionário Socioeconômico

O Gráfico 14 expressa em que condições de trabalho, nele observamos que 44,1% trabalham de maneira informal, 7,6% trabalham sob o regime de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e 47,6% não trabalham.

Gráfico 14 Condições de trabalho



Fonte: Questionário Socioeconômico

Os dados de pessoas desempregadas, divergem no gráfico 13 e 14, por isso é importante ressaltar que o entendimento de muitas pessoas em relação ao trabalho, está diretamente ligado ao regime CLT, condição que tem se tornado cada vez mais escassa com o desmonte dos direitos trabalhistas iniciado no Governo Temer e que o Governo Bolsonaro tem dado continuidade. Como grande parte das beneficiárias da Casa de Aya responderam o questionário sozinhas, pode haver uma margem de erro para entendimento de trabalho. Como se o famoso “bico” e trabalhos na linha da informalidade não fossem também uma maneira de vender a força de trabalho. Abaixo podemos ver uma série de benefícios para os empresários que a reforma trabalhista traz e em contrapartida um prejuízo absurdo e abusivo para a classe trabalhadora, tais como:

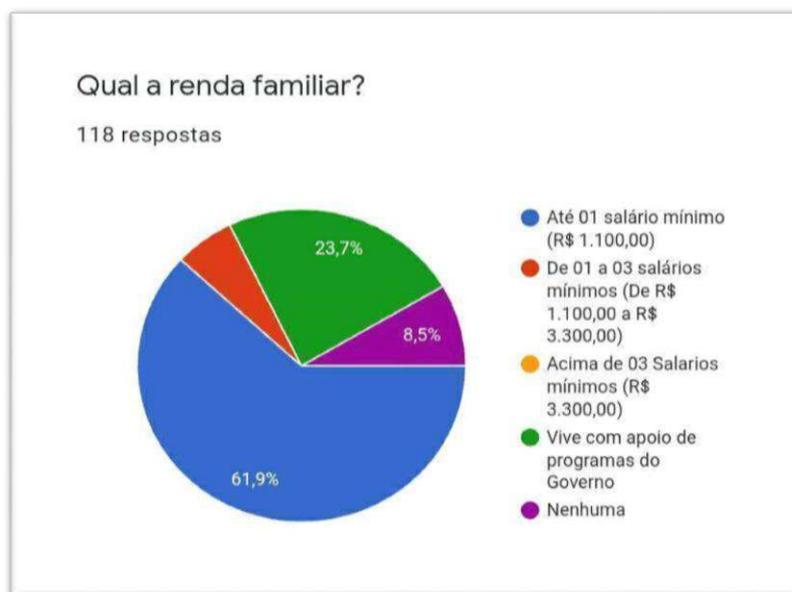
- Criação de modalidade de trabalho sem direito a 13º salário e FGTS
- Aumento do limite da jornada de trabalho
- Redução de multa do FGTS de 40% para 20%
- Redução, pelo empregador, dos depósitos mensais do FGTS do trabalhador de 8% para 2%
- O pagamento do adicional de periculosidade só será feito mediante exposição permanente por, no mínimo, 50% da jornada de trabalho (UOL Economia, 2021)

A maior parte dos trabalhadores que responderam à pesquisa estão em condições de trabalho informal, que foram os mais atingidos pela pandemia da Covid-19, visto que a maioria desses trabalhos foram paralisados pelo distanciamento social e quarentena propostas pela OMS para conter a proliferação do vírus, como vimos no capítulo 01.

O Gráfico 15 mostra que das 118 pessoas que participaram da pesquisa, 61,9% têm renda familiar de até um salário mínimo, 23,7% vivem com apoio de programas do governo, 8,5% não têm nenhuma fonte de renda e vivem da ajuda das pessoas e 5,9% de um a três salários mínimos, o que mais uma vez demonstra como o acesso ao salário não garante a alimentação no país.

Há nesse dado uma questão importante para refletirmos, como relatamos nos capítulo 02 houve uma burocratização enorme por parte do Governo Federal e do sistema da Caixa Econômica Federal para a liberação do Auxílio Emergencial, uma dessas burocratizações era de que apenas uma pessoa do endereço cadastrado poderia receber o auxílio emergencial, no entanto vivemos em uma sociedade com um problema grande de moradia, um direito que consta na Constituição de 1988, mas que não é garantido para milhares de famílias, que em territórios periféricos, acabam construindo no terreno da família ou dividindo a mesma casa, ou seja, é comum que mais de uma família viva no mesmo endereço e limitar o acesso ao auxílio emergencial ao endereço cadastrado é mais uma violação de direito em que essas pessoas são condicionadas, em um momento delicado como o da pandemia da Covid-19, que o auxílio deveria ser, emergencialmente, direito de todas as pessoas que dele precisassem.

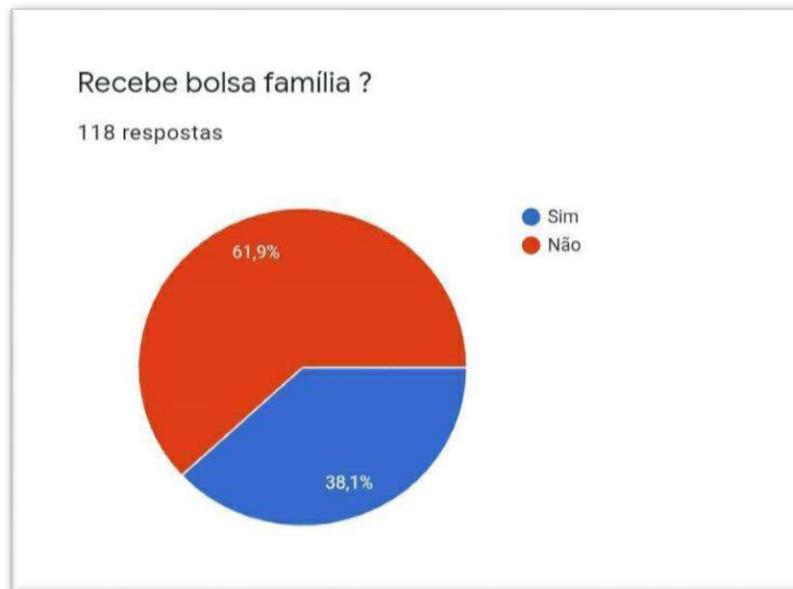
Gráfico 15 Condições financeiras das famílias atendidas pela Casa de Aya



Fonte: Questionário Socioeconômico

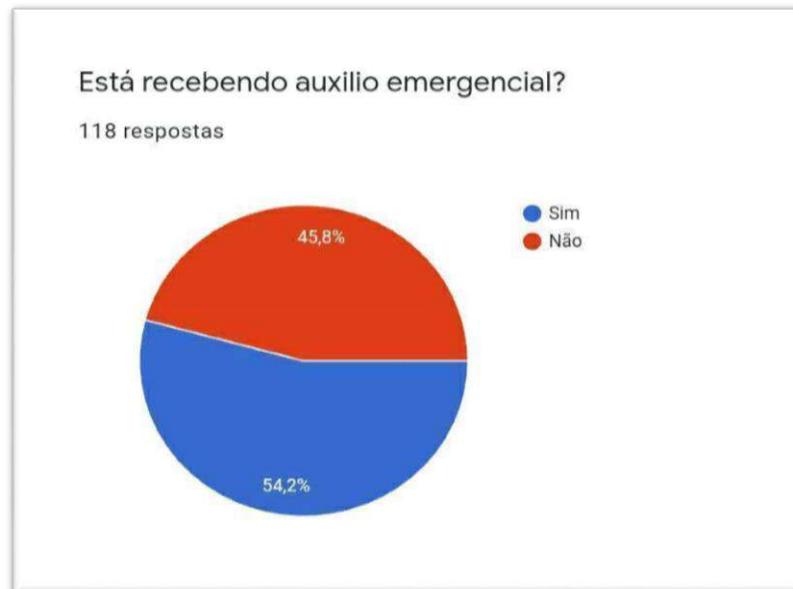
O Gráfico 16 mostra que apenas 38,1% das 118 pessoas recebem Bolsa Família, ao passo que 61,9% não estão incluídas no programa. Esse dado é importante, pois demonstra como, no caso das famílias atendidas pela casa de Aya, muitas não estavam em situação de pobreza ou de fome antes da pandemia, tendo sua situação agravada com a crise sanitária nos marcos que analisamos no capítulo 2.

Gráfico 16 Acesso ao Programa Bolsa Família



Fonte: Questionário Socioeconômico

No Gráfico 17 vemos que 54,2% das famílias estão recebendo auxílio emergencial no momento da pandemia da Covid-19 ao passo que 45,8% das pessoas estão descobertas do benefício, mais uma vez reforçando nosso argumento de que a má gestão da pandemia agravou o problema da fome no país.

Gráfico 17 Acesso ao Auxílio Emergencial

Fonte: Questionário Socioeconômico

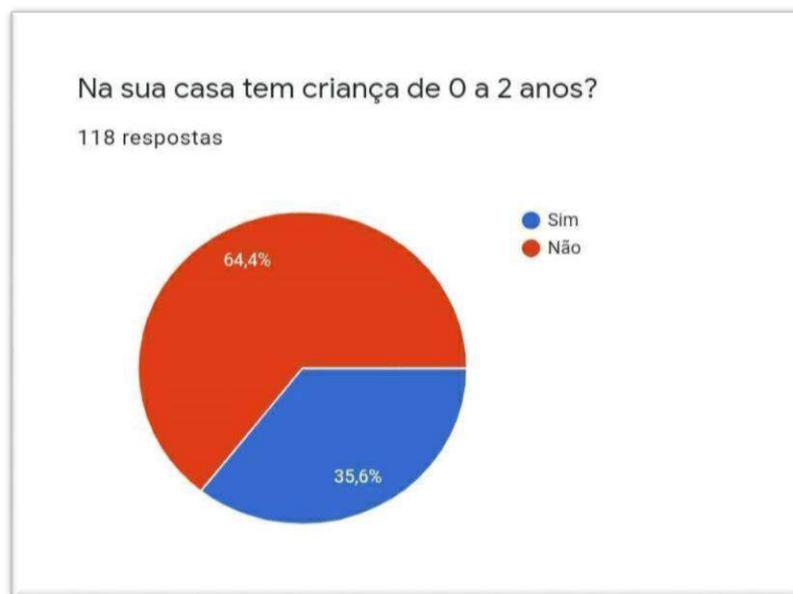
Os gráficos 15, 16 e 17 mostram a situação de renda e de benefícios acessados pelas famílias. Enquanto 61,9% delas recebiam até um salário mínimo, apenas 38,1% eram atendidas pelo Bolsa Família.

Também é possível observar, que durante a fase aguda da pandemia, mais da metade delas (54,2%) necessitou acessar o Auxílio Emergencial para manter sua subsistência.

Já o Gráfico 18 demonstra que 35,6% das famílias atendidas têm bebês em casa, crianças de 0 a 2 anos, ao passo que 64,4% não possuem bebês em casa. De acordo com dados do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (2019), é importante que a partir dos 6 meses a amamentação seja complementada com ao menos três refeições de outros alimentos, aponta a importância de inserir, ainda que em pouca quantidade, carnes e vísceras, porque a partir do momento que a criança começa a receber qualquer outro alimento, a absorção do ferro do leite materno reduz significativamente. No caso de a criança não estiver sendo amamentada por alguma razão, essa criança deve ser alimentada antes dos seis

meses com fórmulas de leite que deve ser acompanhada por um profissional de saúde e após os seis meses com ao menos cinco refeições diárias de alimentos diversos. O Guia reforça que desde cedo, a criança deve ser acostumada a comer alimentos não processados e variados, pois somente uma alimentação variada evita a monotonia da dieta e garante uma boa saúde e crescimento adequado.

Gráfico 18 Quantas casas possuem crianças de 0 a 2 anos



Fonte: Questionário Socioeconômico

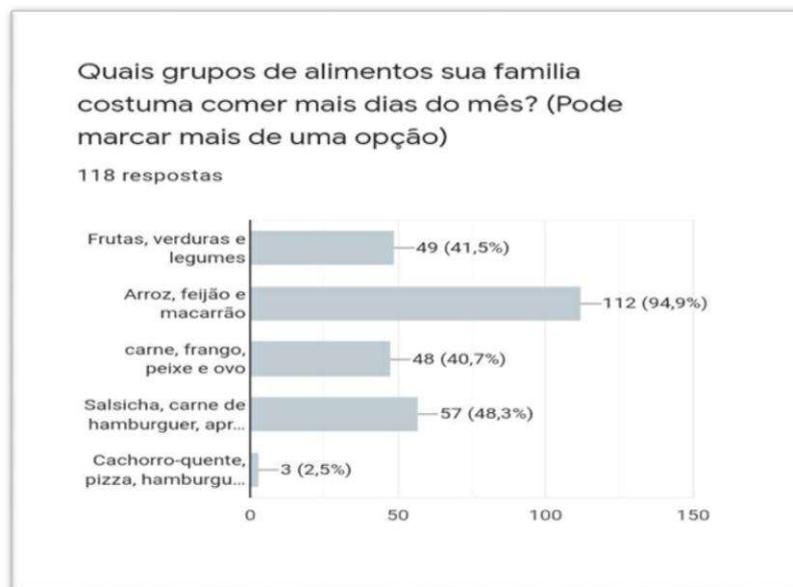
3.2.3 CONDIÇÕES ALIMENTARES E DADOS SOBRE A COVID-19

A falta de recurso impossibilita que as famílias possam consumir alimentos adequados para uma boa saúde, consome-se muitos alimentos ultra processados como vemos no Gráfico 19, de acordo com dados colhidos na pesquisa a base alimentar das famílias são arroz, feijão e macarrão representadas por 94,9%, alimentos que estão incluídos nas cestas básicas distribuídas pelas organizações não governamentais, coletivos, associações, movimentos sociais e escolas públicas, complementando com 48,3% de salsicha, linguiça, apesuntado e carne de

hambúrguer, alimentos ultra processados, em seguida 41,5% frutas, legumes e verduras, 40,7% carnes frango, peixe e ovo e 2,5% de lanches (cachorro-quente, hambúrguer, pizza, salgados). Embora o ovo esteja no mesmo grupo de carne, frango e peixe, vale ressaltar que em valores de custo o ovo está muito mais em conta, o que pode ter afetado o resultado desta resposta.

Como vimos no gráfico 18, as crianças de até dois anos que não estão sendo amamentadas precisam de fórmulas de leites que não fornecidas pela rede pública de saúde e custam muito caro, outro fator agravante que colabora para a má alimentação de crianças que fazem parte de famílias em condições de extrema vulnerabilidade.

Gráfico 19 Condições de Alimentação

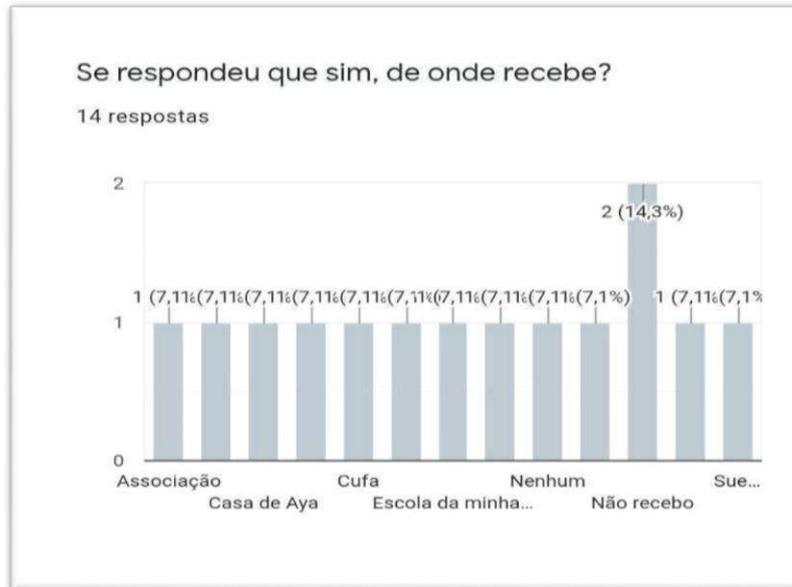


Fonte: Questionário Socioeconômico

O Gráfico 20 aponta que das 130 famílias, apenas 14 pessoas responderam que recebem alimentos de outros lugares, tais como Escolas Municipais, Associação de Moradores, Central Única das Favelas (CUFA). Todo o restante estava recebendo

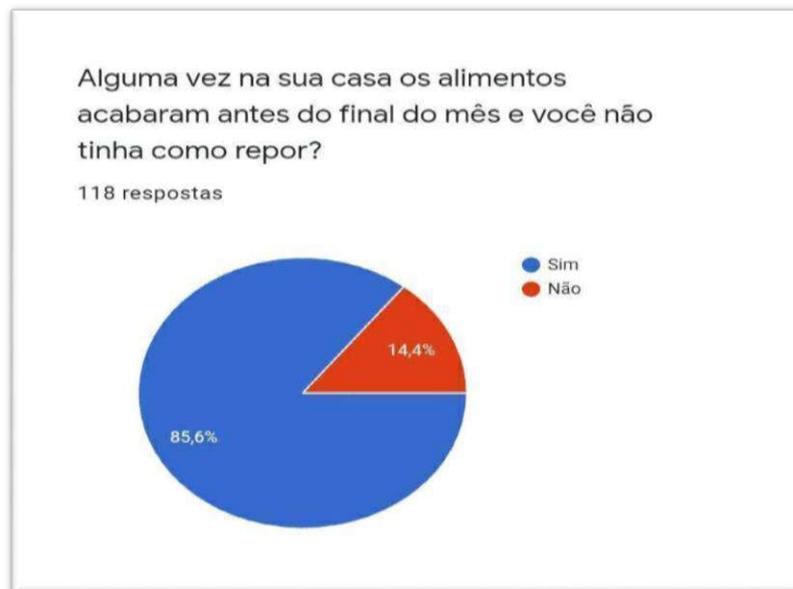
alimentos apenas do Casa de Aya que encerrou a distribuição em 04 de setembro de 2021, a partir daí 116 famílias ficaram sem nenhuma cobertura para alimentação.

Gráfico 20 Famílias que recebem alimentos de outros lugares



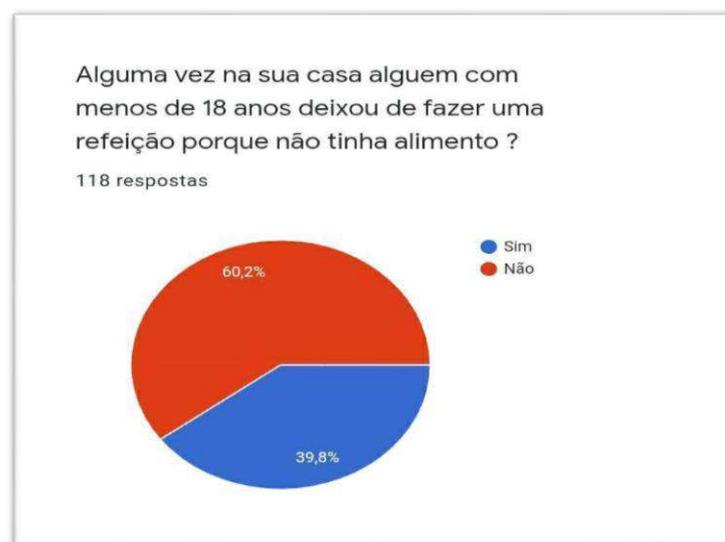
Fonte: Questionário Socioeconômico

O Gráfico 21 traz dados referentes a reposição de alimentos nas casas e 85,6%, um número alarmante, alegaram que os alimentos acabaram antes de encerrar o mês e elas não tinham como repor, ao passo que apenas 14,4% alegaram conseguir repor quando os alimentos acabavam.

Gráfico 21 Reposição de alimentos

Fonte: Questionário Socioeconômico

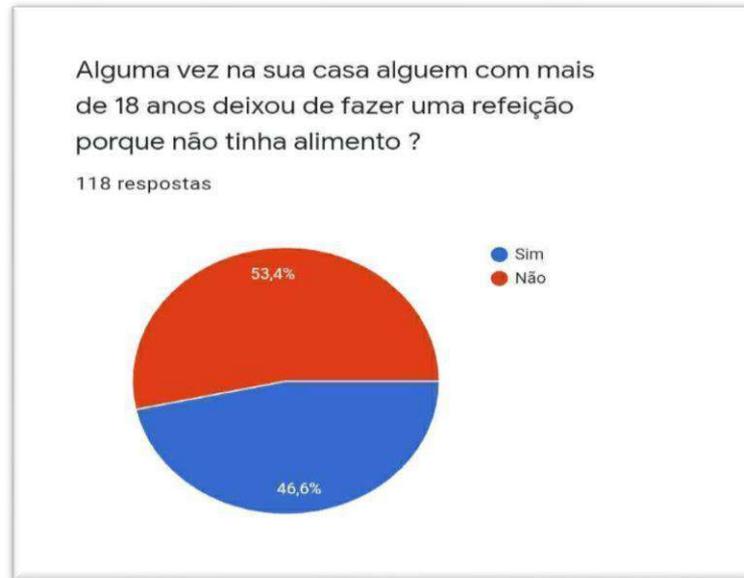
O Gráfico 22 mostra que 39,8% das crianças e adolescentes das famílias já deixaram de fazer uma refeição ao dia por falta de alimento e 60,2% não passaram por essa situação.

Gráfico 22 Falta de alimentos

Fonte: Questionário Socioeconômico

Já os adultos, como mostra o Gráfico 23, 46,6% já deixaram de fazer uma refeição ao dia por falta de alimentos, ao passo que 53,4% não precisaram passar por essa situação.

Gráfico 23 Falta de alimento



Fonte: Questionário Socioeconômico

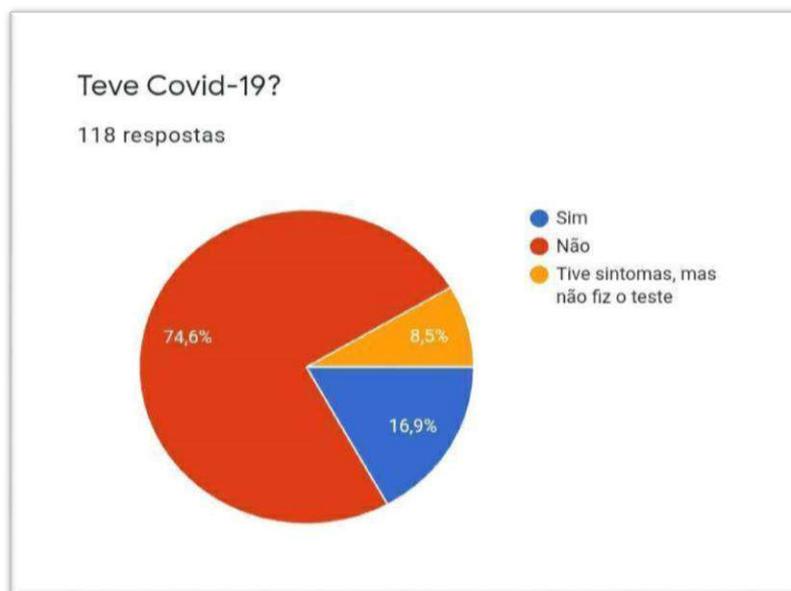
Os gráficos 20, 21, 22 e 23 trazem dados sobre a falta de alimentos nas casas da Vila Kennedy que mostra que em 85,6% de casas já faltaram os alimentos antes do mês acabar e que 39,8% das famílias já deixaram de alimentar crianças e adolescentes por falta de alimentos e 46,6% já deixaram de alimentar adultos por falta de alimentos e que apenas 13 pessoas recebem alimentos de outros lugares sem ser a Casa de Aya. Se 85,6% não conseguem completar o mês com alimentos em casa, significa que as pessoas não estão se alimentando de forma adequada, visto que a porcentagem de pessoas que já deixaram de se alimentar por falta de alimentos é inferior. Cabe aqui uma reflexão do entendimento do que seria se alimentar para as pessoas, que pode ser considerado por fazer uma única alimentação ao dia para algumas, entendendo que não se alimentar significaria não ter absolutamente nada para comer.

Esses dados querem dizer que muita gente dentro das comunidades tem contado com apoio de organizações não governamentais e que ainda assim não é o suficiente para atender as necessidades das famílias, um retrato explícito da ausência

do Estado garantindo o direito básico à alimentação a essas famílias, bem como, da existência da fome dentre as famílias da Vila Kennedy.

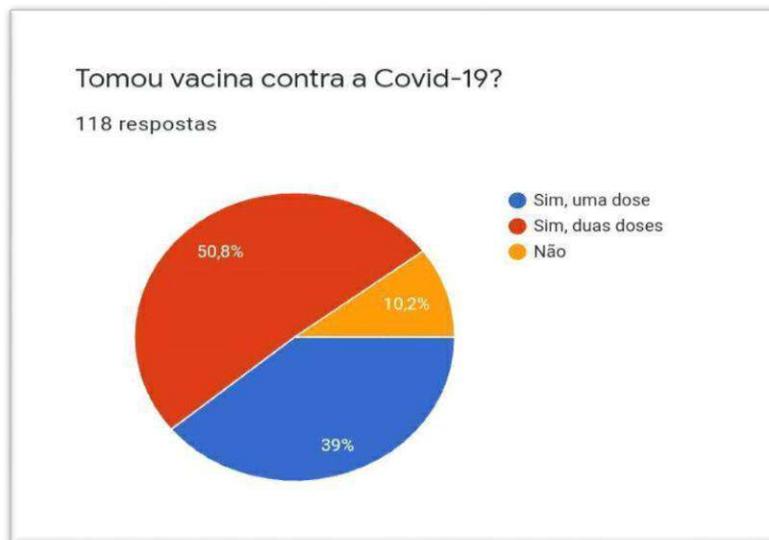
No que se refere à Covid -19 das 118 pessoas entrevistadas 74,6% das pessoas alegaram não ter sido infectadas pela Covid-19, 16,9% alegaram que foram infectadas e 8,5% sentiram todos os sintomas, mas não fizeram o teste. Como mostra o Gráfico 24.

Gráfico 24 Pessoas que tiveram Covid-19



Fonte: Questionário Socioeconômico

O Gráfico 25 aponta que com o avanço na vacinação nos últimos meses, temos mais da metade das 118 pessoas vacinadas com a segunda dose, um total de 50,8%, ao passo que 39% tomaram apenas a primeira dose e 9,5% não tomaram nenhuma dose.

Gráfico 25 Situação da vacinação

Fonte: Questionário Socioeconômico

Ainda sobre a Covid-19 vale lembrarmos que no início da pandemia as unidades de saúde estavam sem testes disponíveis para a quantidade de pessoas que chegaram procurando atendimento e que isso dificultou a contabilização de dados, como também a procura das pessoas pelo serviço.

3.3 Atuação das organizações da sociedade civil e lideranças de base comunitária no combate a pandemia da fome na pandemia da Covid-19

Na contramão do avanço da fome e da burocratização da liberação do auxílio emergencial, a sociedade civil e as lideranças de base comunitária se mobilizaram e trabalharam duro para tentar levar um pouco de dignidade a diversas famílias que estavam em situação de fome. Através de redes de apoio, vaquinhas virtuais, campanhas de arrecadação e da onda de solidariedade que se formou no Brasil, toneladas de alimentos foram arrecadados e distribuídos em territórios periféricos e demais espaços populares.

A distribuição desses alimentos e kits de higiene, que também chegaram por essa rede, ficaram na responsabilidade das lideranças de cada território que somaram esforços, sem nenhum apoio do estado, seja para equipamentos de proteção individual, logística e todo o trabalho que girou entorno dessa distribuição.

Por já serem lideranças de base comunitárias, conhecidas em seus territórios por estarem sempre tentando levar melhorias para as comunidades, foram a elas que as pessoas recorreram também na hora que se viram sem alimentos e sem condições de compra-los. Além da organização das doações, essas lideranças também realizaram trabalhos de apoio emocional, ouvindo, acolhendo e compartilhando informações de prevenção ao vírus da Covid-19, o que demonstra a necessidade de organização popular, especialmente com vistas a cobrar do Estado que ocupe seu lugar na garantia dos direitos da população.

No Rio de Janeiro, além da Casa de Aya, muitas outras organizações se dedicaram a esse trabalho, como, por exemplo, o Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão, que criou um gabinete de crise e organizou a distribuição de insumos para o conjunto de favelas ao longo de seis meses; o LabJaca, do Jacarezinho, responsável por criar o painel unificado das Favelas, que demonstrou que a situação de infectados e doentes era muito mais grave do que o governo vinha contabilizando; FalAkari, que atuou especificamente com mães e crianças que ficaram desamparadas e União Coletiva Zona Oeste, que arrecadou alimentos para famílias de Santa Cruz, Paciência e Sepetiba e muitos outros movimentos que não cabe aqui citar.

Para além do trabalho que as lideranças de base comunitária e movimentos sociais tem realizado frente à pandemia da Covid-19, seja na coleta e distribuição de alimentos e materiais de limpeza, no acolhimento, na educação e no cuidado com as crianças para que os pais pudessem trabalhar, é preciso pensar na saúde mental e exposição ao vírus que essas lideranças estão condicionadas, uma vez que não recebem nenhum acompanhamento psicológico para lidar com essa situação. Desde o início da pandemia são essas pessoas que estão à frente do problema, muitas delas com comorbidades, com idade avançada e/ou passando pela mesma situação de fome que as pessoas que elas atendem. Carregando no peito muitas vezes a dor de perder um ente querido, mas sem tempo de chorar e lamentar, sem tempo de viver o luto, fisicamente e psicologicamente cansadas.

As favelas, comunidades, sempre criaram estratégias e medidas para sobreviver ao abandono do Estado e ao caos desde sempre instalado, agora só mais intensificado. Muitas puderam contar com articulações Intersetoriais, tão

fundamentais para o andamento dos trabalhos, mas nem todos os territórios tem aberturas a órgãos como CRAS e Unidades Básicas de Saúde, depende muito da direção e da estrutura de recursos que esse órgão tem para poder somar com a sociedade civil.

A medida que foram distribuídos apenas cestas básicas e kits de higiene para essas famílias pelas lideranças de base comunitária, ao invés do auxílio emergencial, foi tirado também a autonomia capaz de atender as necessidades específicas de cada pessoa, muitas famílias chegaram a ganhar duas cestas básicas e nenhum dente de alho ou cebola para temperar um arroz ou um feijão, por exemplo. Além de outras necessidades como gás de cozinha, itens de higiene, remédios, dentre outros. Algumas Instituições conseguiram disponibilizar cartões de alimentação, ao invés de cestas básicas, mas somente as instituições mais estruturadas conseguiram esse “Plus”, ainda assim com valores pequenos que não chegavam a R\$100,00.

A ausência do Estado no enfrentamento à fome e as outras problemáticas dos espaços periféricos, faz com que o critério de seleção das famílias que precisam ganhar alimentos seja definido pela sociedade civil, envolvendo aí também questões individuais que ultrapassam o limite do direito. Algumas instituições começaram a cobrar o comprovante de vacinação para o recebimento das cestas básicas, o que é extremamente preocupante, pois coloca condições de acesso ao direito à alimentação que é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988.

Por essa razão é importante que o Estado consiga acessar esses espaços e atender as pessoas que vivem nele, a garantia do direito tem que ser validada através de ações do Estado que pode contar com a sociedade civil como um braço de apoio, mas que não pode ser substituído por ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A má gestão do país no período da pandemia da Covid-19 deixou um legado de mortes e desigualdade que será sentido por muito tempo ainda. A intensificação da fome neste período foi o resultado mais evidente deste lastro de destruição, que no Brasil hoje atinge mais de 33 milhões de pessoas.

As organizações da sociedade civil e de base comunitária foram as primeiras a agir diante da emergência sanitária, enquanto o governo federal e o municipal, no Rio de Janeiro, agiram com total descaso tanto com os doentes quanto com a população mais pobre.

Este trabalho procura evidenciar, através de dados sobre a fome, sobre programas sociais históricos e o trabalho de lideranças, como a cidade do Rio de Janeiro atravessou (e vem atravessando) esta tragédia. A Casa de Aya, na Vila Kennedy, foi apenas uma das organizações que atuou de maneira contundente para tentar mitigar o problema da fome na Zona Oeste - mas o problema segue se perpetuando diante das crises social, econômica e sanitária que ainda estamos vivendo em 2022 e sabemos que é tarefa do Estado dar resposta a problemática da fome, como todas as outras citadas acima.

Como forma de respostas efetivas por parte do Estado, deveria haver pleno investimento em políticas públicas que, ainda que de forma contraditória e limitada, trouxessem respostas as reivindicações justas, necessárias e urgentes expostas pelos movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos, organizações de base comunitária e etc. Políticas públicas que atendessem a essas reivindicações, afinal, até agora, nenhuma estratégia abrangente foi posta em prática para que o Brasil saia novamente do mapa da fome.

Dessa forma, nos colocamos ao lado desses movimentos e organizações, reivindicando e publicizando a importância que o Estado pode e deve exercer no trato com as expressões da questão social, criadas e intensificadas pelo sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A história da Grippina e dos remédios “milagrosos” contra gripe espanhola - **BBC News / Brasil**. São Paulo. agosto. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53576486>.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Editora: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. A Expansão do Trabalho Uberizado Nos Levará à Escravidão Digital. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. **ABET**. Nov. 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/ricardo-antunes-a-expansao-do-trabalho-uberizado-nos-levara-a-escravidao-digital/>

BERTUCCI, Liane Maria. **Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918**. Paraná. Janeiro. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/YRYyqmn8CT3rjdYpSQb3XCq/?format=pdf&lang=pt>

BEZERRA, Lucila / SOBREIRA, Vinicius. Cortes no PAA: agricultores perdem produção enquanto famílias passam fome em Pernambuco. **Brasil de Fato**. Pernambuco. Agosto. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/08/13/cortes-no-paa-agricultores-perdem-producao-enquanto-familias-passam-fome-em-pernambuco>

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018

Brasil. Medida Provisória, nº 1.039. **Diário Oficial da União**. Publicado em: 18/03/2021, Edição: 52-A. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254>

Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2019. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34949#:~:text=O%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20%C3%A9%20a,a%20extrema%20pobreza%20em%2025%25

Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas. **Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social**. Setembro. 2014.

Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>

Brasil. Projeto de Lei 2099/2020. Congresso **Nacional**. Abril. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1885135&filename=PL+2099/2020

Comorbidades sociais e Covid-19: a desigualdade como desafio da gestão pública em tempos de crises. **Caderno Enap**, 86. Coleção: Covid-19. 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6492>

Denúncia de Violações dos Direitos à Vida e à Saúde no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Conselho Nacional de Saúde**. Editora: EAB. Saluz. 2021. Disponível em: <https://sr-upsd-savein.cdn.jelastic.net/wp-content/uploads/sites/120/2021/11/denuncia-de-violacoes-dos-direitos-a-vida-e-a-saude-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil-documento-denuncia-final-19-11-2021.pdf>

Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto. **Ministério do Desenvolvimento. SNIS**. Brasília. 2021. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf

Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de Covid-19 do que brancos, segundo FT11 do Nois. **Centro Técnico Científico- PUC/Rio**. 2020. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>

Dívida de restaurantes populares no RJ chega a R\$1,7 milhão; apenas 3 dos 8 que ficam na capital estão abertos. **G1por RJ1**, 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/24/divida-de-restaurantes-populares-no-rio-chega-a-r-17-milhao-apenas-3-estao-funcionando-na-capital.ghtml>

DUQUE, Daniel. Levantamento do FGV IBRE aponta desigualdade recorde na renda do trabalho. **FGV IBRE**. Maio. 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/levantamento-do-fgv-ibre-aponta-desigualdade-recorde-na-renda-do-trabalho>

ENVELHECIMENTO ATIVO: UMA POLÍTICA DE SAÚDE. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde - Distrito Federal, 2005. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf

GUIA ALIMENTAR PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS MENORES DE 02 ANOS, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde, Distrito Federal, 2019. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf

IANNI, Octávio. **A Questão Social**. São Paulo: Revista USP, setembro, outubro e novembro, 1989, p. 145 -154.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - **PNAD Contínua**

Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. **Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Penssan. 2021.

Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. **Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Penssan. 2022.

LAMARÃO, Sergio / URBINATI, Inoã. Gripe Espanhola. **Atlas Histórico do Brasil**. FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola#:~:text=Ao%20longo%20do%20per%C3%ADodo%20pand%C3%AAmico,quase%20um%20mil%C3%A3o%20de%20habitantes.>

MALAR, João Pedro, Energia Elétrica tem alta de quase 25% em 2021. **CNN Brasil**. Outubro. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/energia-eletrica-tem-alta-acumulada-de-quase-25-em-2021- diz-ibge/>

MELITO, Leandro. Bolsonaro deixou o país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia. **Brasil de Fato**. São Paulo. Maio. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano#:~:text=Em%202018%2C%20ao%20final%20do,13%2C88%20mil%C3%B5es%20de%20pessoas.>

MOTTA, Anaís. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. **Uol Notícias**. São Paulo. março. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuella-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>

NETTO, José Paulo / BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Editora: Cortez . 2012.

NELFELD, Paulo Murilo. Memória Médica: A Gripe Espanhola de 1918. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**. 2020. Disponível em: <http://www.rbac.org.br/artigos/memoria-medica-gripe-espanhola-de-1918/>

NUNES, Radamés / SANTOS, Regina Maria. **Discutindo a Pandemia: Cidades, memórias e Culturas**. UFCAT. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/623/o/Discutindo_a_Pandemia_-_CIDADES_MEM%C3%93RIAS_E_CULTURAS_-_Radames_V._Nunes_e_Regma_Maria_dos_Santos_%28ORGS.%29.pdf#page=15

NUZZI, Victor. Brasil fechou 2021 com mais pessoas na informalidade e queda recorde na renda. **Central Única dos Trabalhadores**. Fevereiro. 2022. Disponível em: [https://www.cut.org.br/noticias/brasil-fechou-2021-com-mais-pessoas-na-informalidade-e-queda-recorde-na-renda-677b#:~:text=A%20taxa%20de%20subutiliza%C3%A7%C3%A3o%20foi,\(5%2C%20milh%C3%B5es\).](https://www.cut.org.br/noticias/brasil-fechou-2021-com-mais-pessoas-na-informalidade-e-queda-recorde-na-renda-677b#:~:text=A%20taxa%20de%20subutiliza%C3%A7%C3%A3o%20foi,(5%2C%20milh%C3%B5es).)

PAIVA, Luiz Henrique / OSÓRIO, Rafael / SOUZA, Pedro Henrique / SOARES, Sergei. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **IPEA**. Agosto. 2019. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34948&Itemid=444

PATRIOLINO, Luana. De volta ao mapa da fome, Brasil tem mais de 60 milhões de pessoas com insegurança alimentar. **Correio Braziliense**. Julho. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/07/5020611-pais-esta-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu.html>

Pesquisa de Orçamentos Familiares. **Perfil das Despesas do Brasil 2017-2018**. IBGE. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>

PGR pede ao STF abertura de inquérito para apurar conduta de ministro da Saúde em relação a Manaus. **Ministério Público Federal**. Janeiro. 2021^[1]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-ao-stf-abertura-de-inquerito-para-apurar-conduta-de-ministro-da-saude-em-relacao-a-manaus-am>

Prefeitura inaugura Cozinhas Comunitárias Cariocas em Costa Barros e Guaratiba. Assistência Social e Direitos Humanos. **Prefeitura do Rio**. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/prefeitura-inaugura-cozinhas-comunitarias-cariocas-em-costa-barros-e-guaratiba/#:~:text=Para%20receber%20gratuitamente%20as%20refei%C3%A7%C3%B5es,grave%20problema%20da%20sociedade%20brasileira.>

Programa Nacional de Alimentação Escolar. Histórico. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

Projeto Fome Zero. Instituto Cidadania. Outubro. 2001.

Pronunciamento do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. dia 18 de março de 2020. Sobre a falta de oxigênio no estado do Amazonas. Disponível no **Youtube**: https://www.youtube.com/watch?v=g4K_WlfUhuI

Pronunciamento do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, minimizando os impactos da Covid-19 e banalizando a morte como destino de todo cidadão. 2020. Disponível no **Youtube**: <https://www.youtube.com/watch?v=402CQ8yO4ho>

Pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro, 2020, sobre seu histórico de atleta e a Covid-19 ser só uma gripezinha e resfriado. Disponível no **Youtube**: <https://www.youtube.com/watch?v=deRVsj4soUA&t=164s>

Ranking do Saneamento. **Instituto Trata**. São Paulo. Março. 2020. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_saneamento_2021/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2021_v2.pdf

RIBEIRO, Djamila. **Em entrevista ao Programa Roda Viva**. Novembro. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jn1AtnzTql8>

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora: Expressão Popular - São Paulo, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. Editora: Cortez, 2012, (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6)

Segurança alimentar 2004. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/segalimentar/suguranca_alimentar2004.pdf

Valor da cesta básica aumenta em 16 capitais em janeiro de 2022. **DIEESE**. Nota à Imprensa. São Paulo, 7 fev. 2022. p.2. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202201cestabasica.pdf>

VILAR, Caroline Coelho. **A Luta Pela Sobrevivência: O desafio de ser mulher negra no Brasil**. Jan/2018

TEMOTEO, Antônio / OLIVEIRA, Izac. Trabalho sem férias, 13º e FGTS: o que a nova reforma muda para alguns. **UOL Economia**. Brasília / São Paulo. Agosto. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/22/nova-reforma-trabalhista-fgts-13-ferias.htm#:~:text=Sem%20carteira%20nem%20f%C3%A9rias%2C%2013%C2%BA,Poder%C3%A1%20receber%20apenas%20vale%2Dtransporte.>

ANEXOS

Anexo 1: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

Eu, Isabele de Aguiar Corrêa, estudante de Serviço Social, DRE 115130293 venho por meio deste, convidar você a participar da pesquisa **A Organização e Desafio da Sociedade Civil no Enfrentamento a Duas Pandemias: A Fome e a Covid-19** orientada pela professora Leile Teixeira. Os dados da pesquisa serão utilizados para a escrita do meu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua participação consiste em responder a um questionário socioeconômico elaborado por mim. Neste questionário você responderá sobre as condições de moradia, financeiras e de saúde sua e de sua família nesse momento de pandemia da Covid-19. Sua identidade será mantida em sigilo e a aplicação das perguntas duram apenas cinco minutos.

Você está sendo convidada a participar da pesquisa por receber as cestas básicas distribuídas pelo Coletivo Casa de Aya, no período de abril a agosto de 2021.

Sua participação na pesquisa não lhe causará nenhum custo, bem como não te proporcionará nenhum incentivo ou recompensa financeira por parte do Coletivo Casa de Aya ou da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Contato para informações adicionais

Dados do (a) pesquisador (a) responsável: Isabele de Aguiar Corrêa

E Leile Teixeira (21) 98848-1188

Dados da Instituição Proponente.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao (à) pesquisador (a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Local: _____ Data: ____/____/____